

BIBLIOTECA

MILITAR CRISTÃO

MANUAL ELEMENTAR DE PESQUISA

PARTE 5

**CONFISSÕES DE FÉ
DA IGREJA CRISTÃ**

1ª Edição
2012

BIBLIOTECA

MILITAR CRISTÃO

MANUAL ELEMENTAR DE PESQUISA

PARTE 5

CONFISSÕES DE FÉ DA IGREJA CRISTÃ

Compilação e comentários
Cleber Olympio

1ª Edição
2012



PORTARIA Nº 54, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2013.

Aprova a inclusão do Manual Elementar de Pesquisa E-5, 1ª Edição, 2012, como integrante da Biblioteca Militar Cristão.

O administrador do sítio “Militar Cristão”:

Em cumprimento ao disposto no inciso III do art. 3º da Norma Geral Administrativa nº 9, de 2013, faço saber aos interessados o seguinte:

Art. 1º. Aprova-se, com esta portaria, a inclusão do Manual Elementar de Pesquisa **E-5**, intitulado “**Confissões de fé da igreja cristã**”, **1ª Edição (2012)**, como integrante da Biblioteca Militar Cristão, disponibilizando-se o mesmo, a partir da presente data, na subseção “Download – Documentos” para franquear seu acesso aos usuários do sítio.

Art. 2º. Revogam-se:

- I – A Portaria nº 30, de 27 de dezembro de 2012;
- II – O Manual 11/5, intitulado “Confissões de fé da igreja cristã”, 1ª Edição (2012).

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campinas, 14 de dezembro de 2013.

CLEBER OLYMPIO

Administrador - Sítio Militar Cristão

(Publicado em 14/12/2013 no hipertexto <<http://www.militarcristao.com.br/redirect.php?id=771>>).

ÍNDICE DOS ASSUNTOS

5ª Parte – Manual E-5

	Pág.
CAPÍTULO 6 – CONFISSÕES DE FÉ REFORMADAS – PARTE FINAL	6-1
ARTIGO I – OS TRINTA E NOVE ARTIGOS DA IGREJA ANGLICANA	6-1
ARTIGO II – CONFISSÃO DE FÉ FRANCESA	6-10
CAPÍTULO 7 CONFISSÕES DE FÉ PÓS-REFORMA	7-1
ARTIGO I – PRIMEIRA CONFISSÃO DE FÉ DE LONDRES	7-1
ARTIGO II – CONFISSÃO DE FÉ DE DORDRECHT	7-9
ARTIGO III – CONFISSÃO DE FÉ DE NEW HAMPSHIRE	7-20
ARTIGO IV – PACTO DE LAUSANNE	7-24
REFERÊNCIAS	1

**Este é um
MANUAL “ECHO”
Destinado ao fornecimento de elementos de pesquisa às uniões
militares evangélicas e pessoalmente ao cristão militar.**

CAPÍTULO 6

CONFISSÕES DE FÉ REFORMADAS – PARTE FINAL

ARTIGO I

OS TRINTA E NOVE ARTIGOS DA IGREJA ANGLICANA

6-1. ASPECTOS GERAIS

Escritos em 1563 e adotados pelas igrejas anglicanas após terem passado por dois concílios e pelo Parlamento inglês, os XXXIX Artigos da Religião constituem a confissão de fé desse ramo do cristianismo. Eles definem o separatismo completo da religião católica romana, processo iniciado quando a rainha Elizabeth I ascendeu ao trono.

6-2. TEXTO DA CONFISSÃO

I. DA FÉ NA SANTÍSSIMA TRINDADE

Há um único Deus, vivo e verdadeiro, eterno, sem corpo, indivisível, não sujeito à paixões, de infinito poder, sabedoria e bondade; Criador e Sustentador de todas as coisas visíveis e invisíveis. E na unidade desta Divindade há três Pessoas, da mesma substância, poder e eternidade: o Pai, o Filho e o Espírito Santo.

II. DO VERBO OU FILHO DE DEUS, QUE SE FEZ VERDADEIRO HOMEM

O Filho, que é o Verbo do Pai, gerado da eternidade do Pai, verdadeiro e sempiterno Deus, e consubstancial com o Pai, tomou a natureza humana no ventre da bendita Virgem e da sua substância; de sorte que as duas inteiras e perfeitas Naturezas, isto é, Divina e

Humana, se uniram em uma Pessoa, para nunca mais se separarem, das quais resultou Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro Homem; que verdadeiramente padeceu, foi crucificado, morto e sepultado, para reconciliar seu Pai conosco, e ser vítima, não só pela culpa original, mas também pelos atuais pecados dos homens.

III. DA DESCIDA DE CRISTO AO INFERNO

Assim como Cristo morreu por nós, e foi sepultado; assim também deve ser crido que desceu ao Inferno.

IV. DA RESSURREIÇÃO DE CRISTO

Cristo verdadeiramente ressurgiu dos mortos e tomou de novo o seu corpo, com carne, ossos e tudo o mais pertencente à perfeição da natureza humana; com o que subiu ao Céu, e lá está assentado, até que volte a julgar todos os homens, no último dia.

V. DO ESPÍRITO SANTO

O Espírito Santo, procedente do Pai e do Filho, é da mesma substância, majestade e glória que o Pai e o Filho, verdadeiro e eterno Deus.

VI. DA SUFICIÊNCIA DAS ESCRITURAS SAGRADAS PARA A SALVAÇÃO

As Escrituras Sagradas contêm todas as coisas necessárias para a salvação; de modo que tudo o que nela não se lê, nem por ela se pode provar, não deve ser exigido de pessoa alguma que seja crido como artigo de Fé ou julgado como exigido ou necessário para a salvação. Pelo nome de Escrituras Sagradas entendemos os Livros canônicos do Antigo e Novo Testamentos, de cuja autoridade jamais houve qualquer dúvida na Igreja.

DOS NOMES E NÚMERO DOS LIVROS [DEUTERO]CANÔNICOS

Terceiro Livro de Esdras
 Quarto Livro de Esdras
 Livro de Tobias
 Livro de Judite
 O Restante do Livro de Ester
 Livro da Sabedoria
 O Profeta Baruque
 O Cântico dos Três Mancebos
 A História de Susana
 De Bel e o Dragão
 Oração de Manassés
 Primeiro Livro dos Macabeus
 Segundo Livro dos Macabeus
 Jesus Filho de Siraque

É os outros Livros, a igreja os lê para exemplo de vida e instrução de costumes; mas não os aplica para estabelecer doutrina alguma. São os seguintes:

Recebemos e contamos por canônicos todos os Livros do Novo Testamento, como são comumente recebidos.

VII. DO ANTIGO TESTAMENTO

O Antigo Testamento não é contrário ao Novo; porquanto em ambos, tanto no Antigo como no Novo, se oferece a vida eterna ao gênero humano, por Cristo, que é o único Mediador entre Deus e o homem, sendo Ele mesmo Deus o Homem. Portanto, não devem ser ouvidos os que pretendem que os antigos Pais só esperaram promessas transitórias. Ainda que a Lei de Deus, dada por meio de Moisés, no que respeita a Cerimônias e Ritos, não obrigue os cristãos, nem devam ser recebidos necessariamente os seus preceitos civis em nenhuma comunidade; todavia, não há cristão algum que esteja isento da obediência aos Mandamentos que se chamam Morais.

VIII. DOS CREDOS

O Credo de Niceia e o que normalmente se chama Credo dos Apóstolos devem ser inteiramente recebidos e cridos; porque se podem provar com garantias inegáveis das Escrituras Sagradas.

IX. DO PECADO ORIGINAL

O Pecado Original não consiste na imitação de Adão (como em vão propagam os peagianos); é, porém, a falta e corrupção da Natureza de todo homem, gerado naturalmente da semente de Adão; pelas quais o homem dista muitíssimo da retidão original e é de sua própria natureza inclinado ao mal, de sorte que a carne sempre cobiça contra o Espírito; e, por isso, toda a pessoa que nasce neste mundo merece a ira e a condenação de Deus. E esta contaminação da natureza ainda permanece também nos regenerados, pela qual o apetite carnal, chamado em grego *πηρονάμα σαρκος* (que uns interpretam sabedoria e outros, sensualidade, outros, afeição, e outros, desejo carnal), não é sujeito à Lei de Deus. E apesar de que não há condenação para os que creem e são batizados, contudo o Apóstolo confessa que a concupiscência e luxúria têm de si mesmas a natureza do pecado.

X. DO LIVRE-ARBÍTRIO

A condição do Homem depois da queda de Adão é tal que ele não pode converter-se e preparar-se a si mesmo, por sua própria força natural e boas obras, para a fé e invocação a Deus. Portanto, não temos o poder de fazer boas obras agradáveis e aceitáveis a Deus, sem que a graça de Deus por Cristo nos preceda, para que tenhamos boa vontade, e coopere conosco enquanto temos essa boa vontade.

XI. DA JUSTIFICAÇÃO DO HOMEM

Somos reputados justos perante Deus, somente pelo mérito de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo pela Fé, e não por nossos próprios merecimentos e obras. Portanto, é

doutrina mui saudável e cheia de consolação que somos justificados somente pela Fé, como se expõe mais amplamente na Homília da Justificação.

XII. DAS BOAS OBRAS

Ainda que as Boas Obras, que são os frutos da Fé, e seguem a Justificação, não possam expiar os nossos pecados, nem suportar a severidade do juízo de Deus, são, todavia, agradáveis e aceitáveis a Deus em Cristo e brotam necessariamente de uma verdadeira e viva Fé; tanto que por elas se pode conhecer tão evidentemente uma Fé viva como uma árvore se julga pelo fruto.

XIII. DAS OBRAS ANTES DA JUSTIFICAÇÃO

As obras feitas antes da graça de Cristo e da Inspiração do seu Espírito, não são agradáveis a Deus, porquanto não procedem da fé em Jesus Cristo; nem fazem homens dignos de receber a graça, nem (como dizem os autores escolásticos) merecem a graça de congruidade; muito pelo contrário, visto que elas não são feitas como Deus quis e ordenou que fossem feitas, não duvidamos terem elas a natureza do pecado.

XIV. DAS OBRAS DE SUPERERROGAÇÃO

As obras voluntárias, que excedem os Mandamentos de Deus, e que se chamam Obras de Supererrogação, não se podem ensinar sem arrogância e impiedade; porque por elas declaram os homens que não se rendem a Deus tudo a que são obrigados, mas também a favor dele fazem mais do que como rigoroso dever lhes é exigido; ainda que Cristo claramente tenha dito: Quando fizerdes tudo o que vos está ordenado dizei: Somos servos inúteis.

XV. DE CRISTO ÚNICO SEM PECADO

Cristo, na verdade de nossa natureza, foi feito semelhante a nós em todas as coisas, exceto no pecado, do qual foi totalmente isento, tanto na sua carne como no seu Espírito. Ele veio para ser o Cordeiro imaculado, que, pelo sacrifício de si mesmo uma vez oferecido, tirou os pecados do mundo; e o pecado (como diz S. João) não estava nele. Mas nós, os demais homens, posto que batizados, e nascidos de novo em Cristo, ainda pecamos em muitas coisas; e se dissermos que não temos pecado, a nós mesmos nos enganamos, e a verdade não está em nós.

XVI. DO PECADO DEPOIS DO BATISMO

Nem todo pecado mortal voluntariamente cometido depois do Batismo é pecado contra o Espírito Santo, e irremissível. Pelo que não se deve negar a graça do arrependimento aos que tiverem caído em pecado depois do Batismo. Depois de termos recebido o Espírito Santo, podemos apartar-nos da graça concedida, e cair em pecado, e pela graça de Deus levantar-nos de novo, e corrigir nossa vida. Devem, portanto, ser condenados os que dizem que já não podem pecar mais, enquanto aqui vivem, ou os que negam a oportunidade de perdão às pessoas verdadeiramente arrependidas.

XVII. DA PREDESTINAÇÃO E ELEIÇÃO

A predestinação para a Vida é o eterno propósito de Deus, pelo qual (antes de lançados os fundamentos do mundo) tem constantemente decretado por seu conselho a nós oculto, livrar da maldição e condenação os que elegeu em Cristo dentre o gênero humano, e conduzi-los por Cristo à salvação eterna, como vasos feitos para honra. Por isso os que se acham dotados de um tão excelente benefício de Deus são chamados segundo o propósito de Deus, por seu Espírito, operando no tempo devido; pela Graça obedecem à vocação, são justificados gratuitamente; são feitos Filhos de Deus por adoção; são criados conforme à imagem de seu Unigênito Filho Jesus Cristo; vivem religiosamente em boas obras, e enfim chegam, pela misericórdia de Deus, à felicidade eterna.

Assim como a pia consideração da Predestinação, e da nossa Eleição em Cristo, é cheia de um doce, suave e inexplicável conforto para as pessoas devotas, e os que sentem em si mesmos a operação do Espírito de Cristo, mortificando as obras da carne, e seus membros terrenos, e elevando o seu pensamento às coisas altas e celestiais, não só porque muito estabelece e confirma a sua fé na salvação eterna que hão de gozar por meio de Cristo, mas porque de modo veemente acende o seu amor para com Deus; assim para as pessoas curiosas e carnis, destituídas do Espírito de Cristo, o ter de contínuo diante dos seus olhos a sentença da Predestinação de Deus é um precipício muitíssimo perigoso, por onde o Diabo as arrasta ao desespero, ou a que vivam na indignidade dos seres mais impuros, de maneira não menos perigosa que o desespero.

Além disso devemos receber as promessas de Deus do modo que nos são geralmente propostas nas Escrituras Sagradas e seguir em nossas obras a Vontade de Deus, que nos é expressamente declarada na sua Palavra.

XVIII. DA OBTENÇÃO DA SALVAÇÃO ETERNA UNICAMENTE PELO NOME DE CRISTO

Devem ser também tidos por amaldiçoados os que se atrevem a dizer que todo o homem será salvo pela Lei ou pela Seita que professa, contanto que seja cuidadoso em moldar sua vida segundo essa lei e o lume da Natureza. Porque as Sagradas Escrituras somente nos propõem o Nome de Jesus Cristo, como único meio pelo qual os homens se hão de salvar.

XIX. DA IGREJA

A Igreja visível de Cristo é uma congregação de fiéis, na qual é pregada a pura Palavra de Deus, e são devidamente ministrados os Sacramentos conforme a Instituição de Cristo em todas as coisas que necessariamente se exigem neles.

Assim como a Igreja de Jerusalém, de Alexandria e de Antioquia, erraram; assim também a Igreja de Roma errou, não só quanto às suas práticas, ritos e cerimônias, mas também em matéria de Fé.

XX. DA AUTORIDADE DA IGREJA

A Igreja tem poder de decretar Ritos ou Cerimônias e autoridade nas Controvérsias da Fé; todavia não é lícito à Igreja ordenar coisa alguma contrária à Palavra de Deus escri-

ta, nem expor um lugar das Escrituras de modo que repugne a outro. Portanto, mesmo que a Igreja seja testemunha e guarda das Escrituras Sagradas, todavia, assim como não é lícito decretar coisa alguma contra elas, também não deve obrigar que seja acreditada coisa alguma que nelas não se encontra, como necessária para a salvação.

XXI. DA AUTORIDADE DOS CONCÍLIOS GERAIS

Concílios Gerais não devem ser reunidos sem o mandamento e a vontade de Príncipes. E quando eles se reúnem (sendo uma assembleia de homens, onde nem todos são regidos pelo Espírito e pela Palavra de Deus) podem errar, e às vezes têm errado, mesmo nas coisas pertencentes a Deus. Portanto, o que por eles é ordenado como necessário à salvação não possui força nem autoridade, exceto se for declarado que eles o extraíram das Sagradas Escrituras.

XXII. DO PURGATÓRIO

A doutrina romana relativa a Purgatório, Indulgências, Veneração e Adoração tanto de Imagens como de Relíquias, e também a Invocação dos Santos, é uma coisa fútil e inventada em vão, que não se fundamenta em testemunho algum das Escrituras, mas ao contrário repugna a Palavra de Deus.

XXIII. DA MINISTRAÇÃO NA IGREJA

A ninguém é lícito tomar sobre si o cargo de pregar publicamente, ou administrar os Sacramentos na Congregação, antes que seja legalmente chamado, e enviado a executá-lo. E devemos julgar por legalmente chamados e enviados aqueles que tiverem sido escolhidos e chamados para essa obra pelos homens revestidos publicamente de autoridade, dada a eles na Congregação, para chamar e enviar Ministros à vinha do Senhor.

XXIV. DA LÍNGUA VERNÁCULA NO CULTO

Repugna evidentemente à Palavra de Deus e ao costume da Igreja Primitiva dizer Orações públicas na Igreja, ou administrar os Sacramentos em língua que o povo não entenda.

XXV. DOS SACRAMENTOS

Os Sacramentos instituídos por Cristo não são unicamente designações ou indícios da profissão dos cristãos, mas antes testemunhos certos e firmes, e sinais eficazes da graça e da boa vontade de Deus para conosco, pelos quais ele opera invisivelmente em nós, e não só vivifica, mas também fortalece e confirma a nossa Fé nele.

São dois os Sacramentos instituídos por Cristo nosso Senhor no Evangelho, isto é, o Batismo e a Ceia do Senhor.

Os cinco vulgarmente chamados Sacramentos, isto é, Confirmação, Penitência, Ordens, Matrimônio, Extrema Unção, não devem ser contados como Sacramentos do Evangelho, tendo em parte emanado de uma viciosa imitação dos Apóstolos, e sendo em parte

estados de vida aprovados nas Escrituras; não têm, contudo, a mesma natureza de Sacramentos peculiar ao Batismo e à Ceia do Senhor, porque não têm sinal algum visível ou cerimônia instituída por Deus.

Os Sacramentos não foram instituídos por Cristo para servirem de espetáculo, ou para serem levados em procissão, mas sim para os utilizarmos da forma devida. É só nas pessoas que dignamente os recebem é que há um saudável efeito ou operação; mas os que indignamente os recebem adquirem para si mesmos a condenação, como diz São Paulo.

XXVI. DA INDIGNIDADE DOS MINISTROS, A QUAL NÃO IMPEDE O EFEITO DOS SACRAMENTOS

Ainda que na Igreja visível os maus sempre estejam misturados com os bons, e às vezes os maus tenham a principal autoridade na Administração da Palavra e dos Sacramentos, todavia, como não o fazem em seu próprio nome mas no de Cristo, e em comissão e por autoridade dele administram, podemos usar do seu Ministério, tanto em ouvir a Palavra de Deus, como em receber os Sacramentos. Nem o efeito da ordenança de Cristo é tirado pela sua iniquidade; nem a graça dos dons de Deus diminui para as Pessoas que com fé e devidamente recebem os Sacramentos que se lhes administram; os quais são eficazes por causa da instituição e promessa de Cristo apesar de serem administrados por homens maus.

Não obstante, à disciplina da Igreja pertence que se inquiria acerca dos Ministros maus, e que sejam estes acusados por quem tenha conhecimento de seus crimes; e sendo, enfim, reconhecidos culpados, sejam depostos mediante justa sentença.

XXVII. DO BATISMO

O Batismo não é um sinal de profissão, e marca de diferença, com que se distinguem os Cristãos dos que o não são, mas também um sinal de Regeneração ou Novo Nascimento, pelo qual, como por instrumento, os que recebem o Batismo devidamente são enxertados na Igreja; as promessas da remissão dos pecados, e da nossa adoção como Filhos de Deus pelo Espírito Santo, são visivelmente marcadas e seladas, a Fé é confirmada, e a Graça, aumentada por virtude da oração a Deus.

O Batismo das Crianças deve conservar-se de qualquer modo na Igreja como sumamente conforme à instituição de Cristo.

XXVIII. DA CEIA DO SENHOR

A Ceia do Senhor não só é um sinal do mútuo amor que os cristãos devem ter uns para com os outros; mas antes é um Sacramento da nossa Redenção pela morte de Cristo, de sorte que para os que devida e dignamente, e com fé o recebem, o Pão que partimos é uma participação do Corpo de Cristo; e de igual modo o Cálice da Bênção é uma participação do Sangue de Cristo.

A Transubstanciação (ou mudança da substância do Pão e do Vinho) na Ceia do Senhor, não se pode provar pelas Escrituras Sagradas; mas antes repugna as palavras

terminantes das Escrituras, subverte a natureza de Sacramento e tem dado ocasião a muitas superstições. O Corpo de Cristo é dado, tomado e comido na Ceia, somente de um modo celeste e espiritual. E o meio pelo qual Corpo de Cristo é recebido e comido na Ceia é a Fé.

O Sacramento da Ceia do Senhor não foi pela ordenança de Cristo reservado, nem levado em procissão, nem elevado, nem adorado.

XXIX. DOS ÍMPIOS, QUE NÃO COMEM O CORPO DE CRISTO NA CEIA DO SENHOR

Os ímpios, e os destituídos da fé viva, ainda que carnal e visivelmente comprimam com os dentes (como diz Santo Agostinho) o Sacramento do Corpo e Sangue de Cristo, nem por isso são de maneira alguma participantes de Cristo; mas antes, para sua condenação, comem e bebem o sinal ou Sacramento de uma coisa tão importante.

XXX. DE AMBAS AS ESPÉCIES

O Cálice do Senhor não se deve negar aos Leigos, porque ambas as partes do Sacramento do Senhor por instituição à ordem de Cristo devem ser administradas a todos os cristãos igualmente.

XXXI. DA ÚNICA OBLAÇÃO DE CRISTO CONSUMADA NA CRUZ

A oblação uma vez consumada é a perfeita redenção, propiciação e satisfação por todos os pecados, tanto originais como atuais, do mundo inteiro; e não há nenhuma outra satisfação pelos pecados, senão esta unicamente. Portanto os sacrifícios das Missas nos quais vulgarmente se dizia que o Sacerdote oferecia Cristo para a remissão de pena ou culpa, pelos vivos e mortos, são fábulas blasfemas e enganoso perigosos.

XXXII. DO CASAMENTO DE SACERDOTES

Os Bispos, Presbíteros e Diáconos não são obrigados, por preceito algum da lei de Deus, a votar-se ao estado celibatário, ou abster-se do matrimônio; portanto é-lhes lícito, como aos demais cristãos, casar como entenderem, se julgarem que isso lhes é mais útil à piedade.

XXXIII. COMO DEVEMOS EVITAR AS PESSOAS EXCOMUNGADAS

Aquele que por denúncia pública da Igreja for justamente separado da unidade da Igreja, e suspenso da Comunhão, deve ser tido por pagão e publicano por todos os fiéis, até que seja mediante penitência recebido na Igreja por um juiz que tenha autoridade para isso.

XXXIV. DAS TRADIÇÕES DA IGREJA

Não é necessário que as Tradições e Cerimônias sejam em toda a parte as mesmas, ou totalmente semelhantes; porque em todos os tempos têm sido diversas, e podem ser alteradas segundo a diversidade dos países, tempos e costumes dos homens, contanto que nada se estabeleça contrário à Palavra de Deus. Todo aquele que por seu particular juízo, com ânimo voluntário e deliberado, quebrar manifestamente as Tradições e Cerimônias da

Igreja, que não são contrárias à Palavra de Deus, e se acham estabelecidas e aprovadas pela autoridade comum (para que outros tenham fazer o mesmo), deve ser publicamente repreendido, como quem ofende a ordem comum da Igreja, fere a autoridade do Magistrado e vulnera as consciências dos irmãos débeis. Toda a igreja particular ou nacional tem autoridade para ordenar, mudar e abolir as Cerimônias ou Ritos da Igreja, instituídos unicamente pela autoridade humana, contanto que tudo se faça para a edificação.

XXXV. DAS HOMILIAS

O Segundo Livro das Homilias, cujos títulos reunimos abaixo neste Artigo, contém doutrina pia, saudável e necessária para estes tempos, como também o primeiro Livro das Homilias, publicado ao tempo de Eduardo VI, e portanto julgamos que devem ser lidas pelos Ministros, diligente e distintamente nas Igrejas, para que sejam entendidas pelo povo.

DOS NOMES DAS HOMILIAS

1. Do Uso correto da Igreja.
2. Contra o Perigo da Idolatria.
3. Do reparo e asseio das Igrejas.
4. Das boas Obras: principalmente do Jejum.
5. Contra a Glotonaria e Embriaguez.
6. Contra o Luxo do Vestuário.
7. Da Oraçãõ.
8. Do Lugar e Tempo da Oraçãõ.
9. De como Orações e Sacramentos se devem administrar em língua conhecida.
10. Da reverente Estima à Palavra de Deus.
11. Das Esmolas.
12. Da Natividade de Cristo.
13. Da Paixão de Cristo.
14. Da Ressurreiçãõ de Cristo.
15. Da digna recepçãõ do Sacramento do Corpo e Sangue de Cristo.
16. Dos Dons do Espirito Santo.
17. Para os dias de Rogações.
18. Do Estado do Matrimônio.
19. Do Arrependimento.
20. Contra a Ociosidade.
21. Contra a Rebelião.

XXXVI. DA SAGRAÇÃO DE BISPOS E MINISTROS

O Livro da Sagração de Bispos e Ordenação de Presbíteros e Diáconos, estabelecido pela Convenção Geral desta Igreja, em 1792, contém tudo quanto é necessário para a referida Sagração e Ordenação; não há nele coisa alguma que seja por si mesma supersticiosa e ímpia. E, por consequência, todos os sagrados ou ordenados segundo a referida fórmula são reta, canônica e legalmente ordenados.

XXXVII. DO PODER DOS MAGISTRADOS CIVIS

O Poder do Magistrado Civil estende-se a todos os homens, tanto clérigos como leigos, em todas as coisas temporais; porém não tem autoridade alguma em coisas puramente espirituais. E temos por dever de todos os homens que professam o Evangelho renderem obediência respeitosa à Autoridade Civil, que é regular e legitimamente constituída.

XXXVIII. DE QUE NÃO SÃO COMUNS OS BENS ENTRE OS CRISTÃOS

As Riquezas e Bens dos cristãos não são comuns quanto ao direito, título e posse, como falsamente apregoam certos anabatistas. Todos, no entanto, das coisas que possuem, devem dar liberalmente esmola aos pobres, segundo o seu poder.

XXXIX. DO JURAMENTO DE UM CRISTÃO

Assim como confessamos que o Juramento vão e temerário é proibido aos cristãos por nosso Senhor Jesus Cristo, e por Tiago, seu Apóstolo, assim também julgamos que a Religião Cristã de nenhum modo proíbe que uma pessoa jure quando o Magistrado o exige em causa de fé e caridade, contanto que isto se faça segundo a doutrina do Profeta, em justiça, juízo e verdade.

ARTIGO II

CONFISSÃO DE FÉ FRANCESA

6-3. ASPECTOS GERAIS

Também conhecida como Confissão de Fé Gaulesa ou de La Rochelle, a Confissão de Fé Francesa foi escrita em 1559, em plena perseguição religiosa, e confirmada no sínodo de La Rochelle em 1571. Dentre seus autores está João Calvino, que redigiu 35 dos 44 artigos, posteriormente adicionados em reuniões realizadas secretamente por 20 delegados, que representavam 72 igrejas reformadas da França.

6-4. TEXTO DA CONFISSÃO

I. DEUS E SUA REVELAÇÃO

1. Deus

Nós cremos e confessamos que há um só Deus, o qual é constituído de uma única e simples essência espiritual, eterno, invisível, imutável, infinito, incompreensível, inefável, o qual pode todas as coisas, que é sábio, bom, justo e plenamente misericordioso.

Dt 4.35,39; 1 Co 8.4,6; Gn 1.3; Êx 3.14; Jo 4.24; 2 Co 3.17; Rm 1.20; 1 Tm 1.17; MI 3.6; Nm 23.19; Rm 11.33; At 7.48; 17.23; Jr 10.7,10; Lc 1.37; Rm 16.27; Mt 19.17; Jr 12.1; Sl 119.137; Êx 34.6,7.

2. A Revelação

Foi Deus quem se fez conhecer aos homens. Primeiramente, por suas obras, tanto pela Criação como pela conservação e maneira como Ele a conduz. Também, e mais claramente ainda, pela Palavra, a qual foi primeiramente revelada verbalmente e em seguida escrita nos livros que nós chamamos: Santa Escritura.

Rm 1.19,20; Rm 15.4; Jo 5.39; Hb 1.1; Gn 15.1; 3.15; 18.1; Êx 24.3,4; Rm 1.2.

3. A Santa Escritura

Toda a Escritura está contida nos livros canônicos do Antigo e Novo Testamentos, os quais são detalhados como segue.

O Antigo Testamento: Os cinco livros de Moisés, a saber: Gênesis, Êxodo, Levítico, Números, Deuteronômio. Josué, Juizes, Rute, o primeiro e o segundo livro de Samuel, o primeiro e o segundo livro dos Reis, o primeiro e o segundo livro das Crônicas, ou seja, Paralipômenos, os livros de Esdras, Neemias e Ester. Jó, Salmos, Provérbios de Salomão, Eclesiastes ou o Pregador, Cântico dos Cânticos. Os livros de Isaías, Jeremias, Lamentações de Jeremias, Ezequiel, Daniel, Oseias, Joel, Amós, Obadias, Jonas, Miqueias, Naum, Habacuque, Sofonias, Ageu, Zacarias e Malaquias.

O Novo Testamento: O santo Evangelho segundo São Mateus, segundo São Marcos, segundo São Lucas e segundo São João. O segundo livro de São Lucas, chamado de Atos dos Apóstolos. As epístolas de São Paulo: uma aos Romanos, duas aos Coríntios, uma aos Gálatas, uma aos Efésios, uma aos Filipenses, uma aos Colossenses, duas aos Tessalonicenses, duas à Timóteo, uma à Tito, uma à Filemom. A epístola aos Hebreus, a epístola de São Tiago, a primeira e segunda epístolas de São Pedro, a primeira, segunda e terceira epístolas de São João, a epístola de São Judas, e o Apocalipse.

4. A Escritura, regra da fé

Nós reconhecemos que estes livros são canônicos e regra infalível de nossa fé, não tanto por comum acordo e consentimento da Igreja, mas pelo testemunho e a persuasão do Espírito Santo, que nos faz distingui-los dos outros livros eclesiásticos, sobre os quais, ainda que sejam úteis, neles não se pode fundamentar nenhum artigo de fé.

Sl 12.7; Sl 19.8,9.

5. A autoridade da Escritura

Nós cremos que a Palavra contida nesses livros tem sua origem em Deus, e que a autoridade que ela possui vem unicamente de Deus e não dos homens.

Esta Palavra é a regra de toda a verdade e contém tudo que é necessário para o serviço de Deus e para nossa salvação; portanto, não é permitido aos homens, nem mesmo aos anjos, acrescentar, diminuir ou alterá-la.

Concluimos que nem a antiguidade, nem os costumes, nem a maioria, nem sabedoria humana, nem julgamentos, nem prisões, nem as leis, nem decretos, nem os concílios,

nem visões, nem milagres podem se opor a esta Escritura santa, mas ao contrário, todas as coisas devem ser examinadas, regulamentadas e reformadas por ela.

2 Tm 3.16,17; 1 Pe 1.11,12; 1 Pe 1.20,21; Jo 3.26-31; Jo 5.33,34; 1 Tm 1.15; Jo 15.15; Jo 20.31; At. 20.27; Dt 4.2; 12.32; Gl 1.8; Pv 30.6; Ap 22.18,19; Mt 15.9; At 5.28,29; 1 Co 11.2,23.

Nossos Credos

Neste espírito, nós reconhecemos os três Símbolos, a saber: O Credo dos Apóstolos. O Credo de Niceia. O Credo de Atanásio. Porque eles estão de acordo com a Palavra de Deus.

6. A Trindade

Esta Escritura santa nos ensina que na única e simples essência divina que confessamos, há três Pessoas, O Pai, o Filho e o Santo Espírito:

- O Pai é a primeira causa, princípio e origem de todas as coisas.
- O Filho, sua Palavra e sabedoria eterna.
- O Espírito Santo, sua virtude, seu poder e eficácia.

O Filho é eternamente gerado do Pai; o Santo Espírito procede eternamente do Pai e do Filho.

As três Pessoas da Trindade não se confundem, mas são distintas; elas, no entanto, não estão separadas, porque elas possuem uma essência, eternidade e poder idênticos e são iguais em glória e majestade.

Nós aceitamos, portanto, neste ponto, as conclusões dos Concílios antigos e rejeitamos todas as seitas e heresias que foram rejeitadas pelos santos doutores, como santo Hilário, santo Atanásio e são Cirilo.

Dt 4.12; 10.17; Mt 28.19; 1 Jo 5.7; Mt 28.19; Jo 1.1; Jo 17.5; At 17.25; Rm 1.7; 1 Jo 5.7.

7. A Criação

Nós cremos que Deus, em três Pessoas que cooperam entre si, por seu poder, sabedoria e incompreensível bondade, criou todas as coisas, não somente o céu, a terra e tudo que nela existe, mas também os espíritos invisíveis.

Os anjos e os demônios

Destes, uns caíram em perdição, os outros perseveraram na obediência.

Cremos que os primeiros, estando corrompidos na perversidade, são inimigos de todo o bem e, por conseguinte, de toda a Igreja; os outros, tendo sido preservados pela graça de Deus, são ministros encarregados de glorificar seu Nome e de servir na salvação de seus eleitos.

Gn 1.1; 3.1; Jo 1.3; Cl 1.16; Hb 1.2; 2 Pe 2.4; Jd 6; Sl 103.20,21; Jo 8.44; Hb 1.7-14; Sl 34.8; 91.11.

8. A providência de Deus

Nós cremos não somente que Deus criou todas as coisas, mas que ele as governa e as conduz, dispondo tudo o que acontece no mundo e dirigindo tudo segundo sua vontade.

Certamente nós não cremos que Deus seja o autor do mal ou que alguma culpa lhe possa ser atribuída, porque, ao contrário, sua vontade é a regra soberana e infalível de toda a retidão e verdadeira justiça. Mas Deus dispõe de meios admiráveis para se servir dos demônios e dos ímpios, de tal sorte que ele converte em bem o mal que eles fazem e pelos quais são culpados.

Assim, confessando que nada pode ser feito sem a providência de Deus, nós adoramos com humildade aquilo que nos está encoberto, sem questionarmos aquilo que ultrapassa nosso conhecimento. Pelo contrário, aplicamos à nossa vida pessoal o que a Escritura nos ensina, para estarmos descansados e em segurança; porque Deus, a quem todas as coisas foram submetidas, vela por nós com um cuidado tão paternal que não cairá nenhum cabelo de nossa cabeça que não seja de sua vontade. E, entretanto, mantém os demônios e todos os nossos inimigos em prisão, de sorte que eles não podem nos fazer o menor mal, sem sua permissão.

Sl 104; 119.89-96; 147; Pv 16.4; Mt 10.29; At 2.23; 4.28; 17.24,26,28; Rm 9.11; Ef 1.11; Sl 5.5; Os 13.9; 1 Jo 2.16; 3.8; Jó 1.22; At 2.23,24; 4.27,28; Rm 9.19,20; 11.33; Mt 10.30; Lc 21.18; Gn 3.15; Jó 1.12; 2.6; Mt 8.31; Jo 19.11.

II. O HOMEM E SEU PECADO

9. Pureza original e miserabilidade do homem

Nós cremos que o homem foi criado puro, sem a menor mancha e conforme a imagem de Deus; por sua própria culpa caiu da graça que havia recebido. Assim, ele se alienou de Deus, que é a fonte de toda a justiça e de todo o bem, a tal ponto que sua natureza, desde então, foi inteiramente corrompida.

Impossibilidade de uma religião natural

Nós cremos que o homem, estando cego em seu espírito e depravado em seu coração, perdeu totalmente sua integridade, sem restar nenhum vestígio.

Ainda que ele tenha algum discernimento do bem e do mal, entretanto, a luz que nele subsiste se tornou em trevas no que diz respeito à sua procura por Deus, de sorte que ninguém pode se aproximar de Deus por sua razão ou inteligência.

A necessidade da graça

Todo o homem tem vontade, pela qual ele é incitado a fazer isso ou aquilo; nós cremos, entretanto, que ela é totalmente prisioneira do pecado, de maneira que não há liberdade para fazer o bem, exceto aquela que Deus lhe dá.

Gn 1.26; Ec 7.29; Ef 4.24; Gn 3.17; Rm 5.12; Ef 2.2,3; Gn 6.5; 8.21; Rm 1.20,21; 2.1-20; Rm 1.21; 1 Co 2.14; Rm 6.16,17; 8.6,7; Jr 10.23; Jo 1.12; 3.6; 8.36; 15.5; Rm 7.18; 1 Co 4.7; 2 Co 3.5; Fp 2.13.

10. A hereditariedade do pecado

Nós cremos que toda a descendência de Adão está infectada pelo contágio do pecado original, o qual é um mal hereditário e não somente uma imitação, como ensinam os pelagianos, os quais têm seus erros por nós reprovados.

Nós estimamos que não seja necessário procurar saber como o pecado é transmitido de um homem à sua descendência, porque nos basta saber que o que Deus deu a Adão, não era apenas para ele, mas para ele e toda a sua posteridade, e assim, na pessoa mesma de Adão, nós fomos destituídos de todo o bem, e fomos precipitados numa indignidade extrema e na maldição.

Gn 6.5; 8.21; Jó 14.4; Sl 51.7; Mt 15.19; Rm 5.12-18.

11. A condenação do pecado

Nós cremos também que este mal do pecado original, é pecado no senso próprio da palavra, o qual é suficiente para condenar todo o gênero humano, até as crianças desde o ventre materno, e como tal ele é reputado diante de Deus.

Nós cremos de fato, que após o Batismo, o pecado original é sempre pecado quanto à culpa; ainda que a condenação dos filhos de Deus seja abolida, não mais lhes imputando culpa, por sua bondade graciosa.

A permanência do pecado

Nós cremos, também, que o pecado original é uma perversão que sempre produz frutos de malícia e rebelião, mesmo nos mais santos; ainda que eles o resistam, não deixam de ser manchados de enfermidades e faltas enquanto eles habitam neste mundo.

Sl 51.7; Rm 3.9-12,23; 5.12; Ef 2.3; Rm 7; 2 Co 12.7.

III. JESUS CRISTO

12. Nossa eleição em Jesus Cristo

Nós cremos que desta corrupção e condenação geral na qual todos os homens estão mergulhados, Deus tira os que, em seu conselho eterno e imutável, Ele elegeu por sua bondade e misericórdia em nosso Senhor Jesus Cristo, sem considerar suas obras, deixando os outros naquela mesma corrupção e condenação, para demonstrar neles Sua Justiça, como aos primeiros ele fez resplandecer as riquezas de sua misericórdia. Porque uns não são melhores que os outros, até quando Deus os separa segundo o Seu conselho imutável, que Ele determinou em Jesus Cristo antes da fundação do mundo, e também ninguém poderia, por sua própria virtude, introduzir tal bem, visto que por natureza nós não podemos fazer um nenhuma boa ação, nem afeição, nem pensamento, até que Deus nos preceda e nos faça dispostos.

Jr 1.5; Rm 8.28-30 e todo o cap. 9; Ef 1.4,5; Rm 3.28; 2 Tm 1.9; Tt 3.5; Êx 9.16; Rm 9.22; 2 Tm 2.20; Ef 1.7; Rm 3.22,23; 9.23; Ef 1.4; 2 Tm 1.9; Jr 10.23; Rm 9.16; Ef 1.4,5; 2 Tm 1.9; Fp 2.13; Tt 3.3.

13. Nossa salvação está em Cristo

Nós cremos que em Jesus Cristo, tudo o que era necessário para nossa salvação foi-nos ofertado e comunicado. Nós cremos que Jesus Cristo, o qual nos foi dado para que sejamos salvos, foi feito para nós sabedoria, justiça, santificação e redenção, de

sorte que nos separando Dele, renunciamos à misericórdia do Pai, na qual devemos tomar como nosso único refúgio.

1 Co 1.30; Ef 1.7; Cl 1.13,14; 1 Tm 1.15; Tt 2.14; Jo 3-18; 1 Jo 2.23.

14. A divindade e humanidade de Jesus Cristo

Nós cremos que Jesus Cristo, sendo a Sabedoria de Deus e seu Filho eterno, revestiu-se de nossa carne a fim de ser Deus e homem em uma mesma pessoa e, em verdade, um homem como nós, capaz de sofrer em seu corpo e em sua alma, não diferente de nós senão no fato de ter sido puro de toda mácula.

Quanto à sua humanidade, nós cremos que Cristo foi autêntico em sua descendência de Abraão e Davi, conquanto que Ele tenha sido concebido pela virtude secreta do Espírito Santo. Assim, nós rejeitamos todas as heresias que, nos tempos antigos, conturbaram as Igrejas. Notadamente, as imaginações diabólicas de Serveto, o qual atribuiu ao Senhor Jesus uma divindade fantástica, ainda que diz ser Cristo origem e Senhor de todas as coisas, o nomeia Filho pessoal ou figurativo de Deus, e finalmente lhe forja um corpo de três elementos não criados, e dessa maneira mistura e destrói as duas naturezas de Cristo.

Jo 1.14; Fp 2.6,7; Hb 2.17; 2 Co 5.21; At 13.23; Rm 1.3; 8.3; 9.5; Hb 2.14,15; 4.15; Lc 1.28, 31, 35; 2.11; Mt 1.18.

15. As duas naturezas de Cristo

Nós cremos que em uma mesma pessoa, a saber, Jesus Cristo, as duas naturezas estão verdadeira e inseparavelmente unidas, cada uma delas conservando, entretanto, suas características específicas, se bem que, nesta união das duas naturezas, a natureza divina, conservando sua qualidade própria, permanece não criada, infinita e preenchendo todas as coisas, da mesma maneira a natureza humana permaneceu finita, tendo sua forma, seus limites e suas características próprias. Além disso, ainda que Jesus Cristo ao ressuscitar tenha dado a imortalidade ao seu corpo, nós cremos, entretanto, que não lhe foi subtraída a realidade própria de sua natureza humana.

Nós consideramos, portanto, Cristo em sua divindade, de tal sorte que não diminuimos nada da sua humanidade.

Mt 1.20,21; Lc 1.31,32,35,42,43; Jo 1.14; Rm 9.5; 1 Tm 2.5; 3.16; Hb 5.8; Lc 24.38,39; Rm 1.4; Fp 2.6-11; 3.21.

IV. A OBRA DA SALVAÇÃO

16. A morte de Cristo

Nós cremos que Deus, ao enviar seu Filho ao mundo, quis mostrar seu amor e sua inestimável bondade para conosco ao conduzi-lo à morte e ao ressuscitá-lo, para cumprir toda justiça e para nos adquirir a vida celeste.

Jo 3.16; 15.13; 1 Jo 4.9; Rm 4.25; 1 Tm 1.14,15.

17. Nossa reconciliação

Nós cremos que, pelo sacrifício único que o Senhor Jesus ofereceu sobre a cruz, somos reconciliados com Deus, a fim de sermos tomados por justos diante Dele e consi-

derados como tais. Nós não podemos, com efeito, lhes ser agradáveis e participar de sua adoção, a menos que Ele nos perdoe os erros e os enterre.

Assim, nós protestamos que Jesus Cristo é nossa integral e perfeita purificação, que em sua morte nós temos uma total satisfação para quitar nossos crimes e iniquidades, das quais somos culpados e não podemos ser libertados exceto por esse meio.

2 Co 5.19; Ef 5.2; Hb 5.7-9; 9.14; 10.10,12,14; 1 Tm 1.15; 1 Pe 2.24-25; Ef 5.26; Tt 3.5; Hb 9.14; 1 Pe 1.18,19; 1 Jo 1.7; Rm 3.26.

18. Nosso perdão gratuito

Nós cremos que toda nossa justiça está fundamentada sobre a remissão de nossos pecados e que nossa única alegria se encontra nesse perdão, como disse Davi. Por causa disso, nós rejeitamos todos os outros meios pelos quais poderíamos pensar em nos justificar diante de Deus e, sem nos atribuir nenhuma virtude ou mérito, nós possuímos unicamente a obediência de Jesus Cristo, a qual nos foi atribuída para cobrir todos os nossos pecados, como também para nos fazer achar graça e favor diante de Deus.

Nossa paz

De fato, nós cremos que nos afastando pouco que seja desse fundamento – a obediência de Jesus Cristo – nós não poderemos achar em outro lugar nenhum descanso, mas que nós seríamos sempre atormentados pela insegurança porque, considerados em nós mesmos, nós somos dignos de ser odiados por Deus, e que não estaremos jamais em paz com Deus até que sejamos firmemente convencidos de que somos amados em Jesus Cristo.

Sl 32.1,2; Rm 4.7,8; Rm 3.19; Rm 5.19; 1 Tm 2.5; 1 Jo 2.1,2; Rm 1.16; At 4.12.

19. A oração

Nós cremos que é por esse meio que temos a liberdade e o privilégio de invocar a Deus, com plena confiança que Ele se mostrará como nosso Pai. Porque nós não teríamos o menor acesso ao Pai, se não fôssemos introduzidos diante Dele por este Mediador. Para sermos atendidos em seu Nome, convém receber nossa vida de Jesus Cristo, como de nosso Cabeça.

Rm 5.1; 8.15; Gl 4.6; Ef 3.12; Jo 15.16; Rm 5.2; Ef 2.13-15; 1 Tm 2.5; Hb 4.14.

20. A justificação pela fé

Nós cremos que Deus nos faz participar desta justiça (art.18) pela fé somente, porque ele disse que Jesus Cristo sofreu para obter nossa salvação, para que todo aquele que Nele crê não pereça.

Nós cremos que participamos da justiça de Jesus Cristo, porque as promessas de vida que nos são dadas. Nele são adaptadas a nossa vida e sentimos o efeito quando as aceitamos, porque somos convencidos – a boca de Deus mesmo nos dando formal segurança – que nós não seremos frustrados no que elas prometem. Assim, a justiça que

obtemos pela fé depende das promessas graciosas pelas quais Deus nos declara e nos atesta que nos ama.

Jo 3.16; Rm 3.24,25,27,28,30; 1.16,17; 4.3; 9.30-32; 11.6; Gl 2.16-21; 3.9,10,18,24; 5.4; Fp 3.9; 2 Tm 1.9; Tt 3.5,6; Hb 11.7; At 10.43; Jo 17.23-26.

21. O dom da fé

Nós cremos que recebemos a luz da fé pela graça secreta do Espírito Santo, de tal maneira que ela é um dom gratuito e pessoal que Deus dispensa àqueles a quem Ele quer. Os fiéis não têm, portanto, de que se vangloriar; o fato de ter sido preferido aos outros lhes obrigando muito mais.

Nós cremos também que a fé não é dada aos eleitos somente de maneira temporária, para introduzi-los no bom caminho, mas para lhes fazer perseverar até o fim de suas vidas. Porque o início desta obra de graça incumbe a Deus, é também Dele a prerrogativa de terminá-la.

Ef 1.17,18; 1 Ts 1.5; 2 Pe 1.3,4; Rm 9.16,18,24,25; 1 Co 4.7; Ef 2.8; 1 Co 1.8,9; Fp 1.6; 2.13.

22. Nossa regeneração

Sendo servos do pecado pela nossa natureza corrompida, nós cremos que é por meio desta fé que somos regenerados, a fim de vivermos em novidade de vida. Estando naturalmente escravizados ao pecado. Ora, nós recebemos pela fé, a graça de vivermos de maneira santa e no poder de Deus, recebendo a promessa que nos é dada pelo Evangelho, a saber, que Deus nos dará seu Espírito Santo.

As boas obras

Assim, a fé somente, não esfria em nosso coração o desejo de viver bem e de maneira santa, mas ao contrário ela o engendra, excita e produz necessariamente as boas obras.

Por fim, bem que Deus, para completar nossa salvação, nos regenera e nos torna capazes de fazer o bem, nós confessamos, entretanto, que as boas obras que fazemos sob a condução de seu Espírito não são levadas em conta para nos justificar ou para merecer de Deus que ele nos tenha como seus filhos, porque seríamos sempre abalados pela dúvida e inquietação, se nossas consciências não se apoiassem sobre a satisfação pela qual Jesus Cristo nos adquiriu.

Tt 3.5; 1 Pe 1.3; Rm 6.17-20; Cl 2.13; 3.10; Gl 5.6,22; 1 Jo 2.3,4; 2 Pe 1.5-8; Dt 30.6; Jo 3.5; Lc 17.10; Sl 6.2; Rm 3.19,20; 4.3-5; Rm 5.1,2.

23. O uso da Lei e dos Profetas

Nós cremos que na vinda de Jesus Cristo todas as figuras e representações da Lei terminaram. Entretanto, ainda que as cerimônias do Antigo Testamento não estejam mais em uso, nós cremos que encontramos na pessoa de Cristo – em quem todas as coisas foram cumpridas – a substância e a realidade do que elas representavam e significavam.

Mais ainda, cremos que é preciso da ajuda da Lei e dos Profetas tanto para regrear nossa vida como para sermos confirmados nas promessas do Evangelho.

Rm 10.4; Gl 3 e 4; Cl 2.17; Jo 1.17; Gl 4.3,9; 2 Pe 1.19; Lc 1.70; 2 Tm 3.16; 2 Pe 3.2.

24. Rejeição de falsas doutrinas

Porque Jesus Cristo nos foi dado como único Advogado e nos deu ordem de nos dirigirmos diretamente à seu Pai em seu Nome, e posto que nos é permitido orar apenas conforme a maneira que Deus nos prescreveu em sua Palavra:

Nós cremos que tudo o que os homens têm inventado quanto à intercessão dos santos, não passa de abuso e artimanha de Satanás para lhes desviar da forma correta de orar. Nós rejeitamos também, todos os outros meios que os homens presumem ter para se apegar a Deus, porque eles tiram o crédito do sacrifício da morte e da paixão de Jesus Cristo.

Enfim, nós consideramos o purgatório como um erro proveniente desta mesma fonte, de onde também provêm os votos monásticos, as peregrinações, a proibição do casamento e de consumir certos alimentos, a observação cerimoniosa dos dias, a confissão auricular, as indulgências e todas as coisas como essas, através das quais se pensa merecer a graça e a salvação. Todas essas coisas, nós rejeitamos não somente por causa da ideia mentirosa de mérito nelas contidas, mas também porque elas são invenções humanas que impõem um jugo às nossas consciências.

1 Jo 2.1,2; 1 Tm 2.5; At 4.12; Jo 16.23,24; Mt 6.9 ss.; Lc 11.2 ss.; At 10.25,26; 14.15; Ap 19.10; 22.8,9; Mt 15.11; 6.16-18; At 10.14,15; Rm 14.2; Gl 4.9,10; Cl 2.18-23; 1 Tm 4.2-5.

V. A IGREJA E SUA NATUREZA

25. O ministério da pregação e dos Sacramentos

Porque nós conhecemos Jesus Cristo e todas as suas graças somente pelo Evangelho, nós cremos que a ordem da Igreja, a qual foi estabelecida por Cristo, deve ser sagrada e inviolável, e que, por conseguinte, a Igreja não pode se manter sem que haja pastores encarregados de ensiná-la.

Nós cremos que os pastores, quando eles são devidamente chamados e exercem fielmente seu ofício, devem ser honrados e ouvidos com respeito, não que Deus dependa de ajuda ou meios inferiores, mas porque lhe agrada nos manter em um único corpo por meio deste ofício e de sua disciplina.

Consequentemente, nós reprovamos os espíritos enganosos que gostariam, tanto quanto pudessem, de aniquilar o ministério de pregação da Palavra de Deus e dos Sacramentos.

Mt 10.27; Rm 1.16,17; 10.17; Mt 18.20; Ef 1.22,23; Mt 10.40; Jo 13.20; Lc 10.16; Rm 10.14,15; Ef 4.11,12.

26. A unidade da Igreja

Nós cremos, portanto, que ninguém deve se separar e se contentar consigo mesmo, mas todos juntos devem guardar e manter a unidade da Igreja, se submetendo ao

ensinamento comum e ao jugo de Jesus Cristo, onde quer que seja o lugar que Deus queira estabelecer uma ordem eclesiástica verdadeira, ainda que o poder público e as leis se oponham. Nós cremos que todos aqueles que não se submetem a esta ordem, ou se separam, contrariam a ordenança de Deus.

Sl 5.8; 22.23; 42.5; Ef 4.12; Hb 2.12; At 4.17,19,20; Hb 10.25.

27. A Igreja verdadeira

Nós cremos, entretanto, que convém discernir cuidadosamente e com clareza qual é a Igreja verdadeira, porque há muito abuso nesta questão.

Segundo a Palavra de Deus, nós então dizemos que a Igreja verdadeira é a comunidade dos fiéis que, de comum acordo, querem seguir esta Palavra e a pura religião que dela depende, que dela fazem proveito ao longo de toda sua vida, crescendo e se fortificando sem cessar no temor de Deus, segundo o que lhes é necessário progredir e andar sempre mais adiante. Ainda mais, qualquer que seja seus esforços, lhes convém recorrer incessantemente ao perdão de seus pecados.

Entretanto, não negamos que entre os fiéis não haja hipócritas e reprovados, cuja malignidade não pode, no entanto, privar a Igreja de seu legítimo nome.

Mt 3.8-10; 7.22,24; 1 Co 3.10,11; Mq 2.10-12; Ef 2.19,20; 4.11,12; 1 Tm 3.15; Dt 31.12; Rm 3; Mt 13; 2 Tm 2.18-20.

28. As falsas Igrejas

Fundamentados sobre esta definição da Igreja verdadeira, nós afirmamos que onde a Palavra de Deus não é recebida e onde não se lamenta a insubmissão, e onde não é feito nenhum uso autêntico dos Sacramentos, não se pode considerar que haja alguma Igreja.

O Papado

Por isso nós condenamos as assembleias do Papado, porque tendo sido banida a verdade pura de Deus, os Sacramentos foram corrompidos, alterados, falsificados ou totalmente aniquilados, e toda a sorte de superstições e idolatrias nela estão presentes. Nós estimamos que todos aqueles que se reúnem e participam de tais atos se separam e se retiram do Corpo de Cristo. Entretanto, porque ainda resta um pequeno vestígio de Igreja no Papado, e que a realidade essencial do Batismo nela subsistiu – ligado ao fato que a eficácia do Batismo não depende daquele que o administra – nós confessamos que aqueles que foram nela batizados, não necessitam de um segundo batismo. Entretanto, por causa das corrupções que nela existem, não se pode, sem se contaminar, apresentar as crianças para o batismo.

Mt 10.14,15; Jo 10; 1 Co 3.10-13; Ef 2.19-21; 2 Co 6.14-16; 1 Co 6.15; Mt 3.11; 28.19; Mc 1.8; At 1.5; 11.15-17; 19.4-5; 1 Co 1.13.

VI. GOVERNO DA IGREJA

29. Os ministérios

Quanto à Igreja verdadeira, nós cremos que ela deve ser governada segundo a ordem estabelecida por nosso Senhor Jesus Cristo, a saber, que nela haja pastores, presbí-

teros e diáconos, a fim de que a pureza da doutrina nela seja mantida, que os desvios sejam corrigidos e reprimidos, que os pobres e aflitos sejam socorridos em suas necessidades, que as assembleias se reúnam em nome de Deus e que os adultos nela sejam edificados, como também as crianças.

At 6.3,4; Ef 4.11; 1 Tm 3.1-13; Tt 1.5-9; 1 Co 12.

30. A igualdade dos pastores

Nós cremos que todos os verdadeiros pastores, em qualquer lugar que seja, têm a mesma autoridade e igual poder sob um único Cabeça, um único Soberano e único Bispo universal: Jesus Cristo.

A igualdade das Igrejas

Por esta razão, nós cremos que nenhuma Igreja pode pretender exercer domínio ou soberania sobre outra Igreja qualquer que seja.

Mt 20.20-28; 1 Co 3.4-9; Ef 1.22; Cl 1.18,19.

31. As vocações

Nós cremos que ninguém pode pretender um cargo eclesiástico baseado em sua própria autoridade, mas que isto deve ser feito por eleição, tanto quanto for possível e Deus permita.

Nós acrescentamos esta restrição em particular, porque às vezes tem sido necessário – pois mesmo em nosso tempo a Igreja verdadeira havia deixado de existir – que Deus levante homens de uma maneira extraordinária para dirigir novamente a Igreja que tenha caído em ruína e desolação.

A Vocação Interior

Mas, em qualquer situação, nós cremos que é preciso sempre se conformar à regra que todos, pastores, presbíteros e diáconos, estejam seguros de terem sido chamados (por Deus) a seu ofício.

Mt 28.19; Mc 16.15; Jo 15.16; At 1.21; 6.1-3; Rm 10.15; Tt 1.5; Gl 1.15; 2 Tm 3.7- 10,15.

32. A comunhão entre as Igrejas

Nós cremos também que é bom e útil que aqueles que forem escolhidos para ser líderes, procurem juntos os meios a serem empregados para dirigir e administrar todo o corpo da Igreja. Entretanto, que eles não se desviem em nada do que nosso Senhor Jesus Cristo nos ordenou sobre este ponto.

Os costumes locais

Isto não impede que haja alguns regulamentos particulares de cada lugar, segundo a exigência do momento.

At 15.6,7,25,28; Rm 12.6-8, 1 Co 14.40; 1 Pe 5.1-3.

33. Leis e regulamentos eclesiásticos

Entretanto, nós rejeitamos todas as invenções humanas e todas as leis que quiseram introduzir sob pretexto de servir a Deus e pelas quais se deseja submeter as consciências. Nós não aprovamos, exceto o que contribua a estabelecer a concórdia e seja apropriado em promovê-la e manter cada um – do primeiro ao último – em obediência.

A excomunhão

Nós devemos seguir o que nosso Senhor declarou quanto à excomunhão, o que nós aprovamos e confessamos ser necessário com todas as suas consequências.

Rm 16.17,18; 1 Co 3.11; Gl 5.1; Cl 2.8; Mt 18.17; 1 Co 5.45; 1 Tm 1.20.

VII. OS SACRAMENTOS

34. Os Sacramentos em geral

Nós cremos que os Sacramentos foram acrescentados à Palavra para nos confirmar mais amplamente, a fim de nos servir de testemunho e provas da graça de Deus, de sorte que por causa de nossa fraqueza e ignorância, eles servem de ajuda à nossa fé.

Cremos que os Sacramentos são sinais exteriores através dos quais Deus age pelo poder de Seu Espírito, a fim de que ali nada seja representado em vão. Nós estamos, entretanto, persuadidos de que toda a substância e realidade dos Sacramentos está em Jesus Cristo.

Êx 12; Mt 26.26,27; Rm 4.11; 1 Co 11.23,24; At 22.16; Gl 3.27; Ef 5.26.

35. O Batismo

Nós reconhecemos somente dois Sacramentos comuns a toda Igreja: o Batismo e a Santa Ceia. O Batismo nos foi dado em testemunho de nossa adoção, porque nós somos enxertados no corpo de Cristo, a fim de sermos lavados e limpos pelo seu sangue e depois renovados por seu Espírito para vivermos uma vida santa. Posto que nós recebemos o Batismo uma única vez, nós afirmamos também que os benefícios que dele nos são presentes, se estendem pelo curso de toda a nossa vida, e mesmo até nossa morte, de sorte que temos uma prova permanente que Jesus Cristo será sempre nossa justiça e nossa santificação.

O Batismo de crianças

Ora, ainda que o Batismo seja um sacramento de fé e de arrependimento, entretanto, porque Deus recebe em sua Igreja os filhos com seus pais, nós dizemos que, pela autoridade de Jesus Cristo, os filhos gerados pelos fiéis devem ser batizados.

Rm 6.3,4; At 22.16; Tt 3.5; Ef 5.26; Rm 4; 6.22,23; Mt 3.11; Mc 1.4; 16.16; Lc 3.3; At 13.24; 19.4; Mt 19.14; 1 Co 7.14.

36. A Santa Ceia

Nós confessamos que a Santa Ceia nos traz o testemunho de nossa união com Jesus Cristo. De fato, Cristo não foi uma única vez morto e ressuscitado por nós, mas ele

verdadeiramente nos alimenta também de sua carne e sangue, a fim de que sejamos um com ele e que sua vida nos seja comunicada. Ora, ainda que ele esteja no céu até que venha para julgar o mundo, nós cremos, entretanto, que ele nos alimenta e vivifica – pela ação secreta e incompreensível de seu Espírito – da substância de seu corpo e de seu sangue. Nós afirmamos que isso se faz espiritualmente, não para substituição do efeito e da verdadeira realidade da Ceia por imaginação ou pensamento, mas que este mistério ultrapassa por sua grandeza nossa capacidade humana, e toda a ordem da natureza; em resumo, porque ele é celeste, entendemos que não pode ser apreendido a não ser pela fé.

1 Co 10.16,17; 11.24; Jo 6.55-57; 17.21; Rm 8.32; Mc 16.19; At 1.2-11; 3.21; Jo 6.35.

37. A eficácia dos Sacramentos

Nós cremos – como já dissemos – que tanto na Ceia como no Batismo, Deus nos dá realmente e efetivamente o que neles é representado. Por causa disso, nós conjugamos com os símbolos a verdadeira posse e o gozo do que neles nos é apresentado. Assim, todos os que trazem à mesa sagrada de Cristo uma fé pura, recebem verdadeiramente – como um vaso recebe a água que o enche – o que os símbolos testificam, ou seja, que o corpo e o sangue de Jesus Cristo não servem menos de comida e bebida à alma, que o pão e o vinho ao nosso corpo.

Mt 26.26; 1 Co 11.24,25.

38. A necessidade dos Sacramentos

Nós afirmamos que a água do Batismo, sendo um elemento comum, não deixa de nos testificar, com verdade, a purificação interior de nossa alma pelo sangue de Jesus Cristo, pela eficácia de seu Espírito, e que o pão e o vinho, que nos são dados na Ceia, nos servem verdadeiramente de alimento espiritual, porque eles nos mostram como sem nenhum artifício a carne de Jesus Cristo é nosso alimento e seu sangue nossa bebida. Nós reprovamos, portanto, os espíritos quiméricos e os sacramentais que não querem receber estes símbolos e testemunhos, visto que Jesus Cristo declara: “Isto é meu corpo, e este cálice é o meu sangue”.

Rm 6.3,4; 1 Co 6.11; Ef 5.26; Jo 6.51; 1 Co 11.24; Mt 26.26; 1 Co 11.24,25.

VIII. OS PODERES PÚBLICOS

39. A necessidade dos governos

Nós cremos que Deus quer que o mundo seja dirigido por leis e governos, a fim de que haja alguns freios para reprimir os apetites desordenados do mundo. Nós cremos, portanto, que Deus instituiu os Reinos, as Repúblicas e todas as outras formas de Principados, hereditários ou não, e tudo o que pertença à esfera da justiça, e que Ele deseja ser reconhecido nelas como seu autor.

Os Magistrados

Com esse fim, Deus pôs a espada na mão dos magistrados para reprimir os pecados cometidos não somente contra a segunda Tábua dos Mandamentos de Deus, mas também contra a primeira.

O respeito devido às autoridades

É necessário, portanto, por causa de Deus, não somente que se apoie as autoridades quando elas exercem soberanamente seus cargos, mas também que sejam honradas e estimadas com profundo respeito, as considerando como oficiais estabelecidos por Deus para exercer um cargo legítimo e santo.

Êx 18. 20,21; Mt 17.24-27; Rm 13.1-7; 1 Pe 2.13,14; 1 Tm 2.2

40. A obediência devida às autoridades

Nós afirmamos, portanto, que é preciso obedecer às suas leis e regulamentos, pagar os impostos, tributos e outros encargos e obedecê-las de boa e franca vontade – mesmo quando elas sejam infiéis - contanto que a soberania absoluta de Deus permaneça intocada. Assim, nós reprovamos aqueles que queiram rejeitar as autoridades superiores, estabelecer a comunidade e confusão de bens e inverter a ordem da justiça.

Mt 17.24; At 4.17-19.

CAPÍTULO 7

CONFISSÕES DE FÉ PÓS-REFORMA

ARTIGO I

PRIMEIRA CONFISSÃO DE FÉ DE LONDRES

7-1. ASPECTOS GERAIS

Elaborada em 1644 e divulgada dois anos depois, a Primeira Confissão de Fé de Londres foi redigida por John Spilisbury, William Kiffin e Hansed Knollys. Ela é definida como uma tentativa de se declarar as crenças dos batistas particulares – reformados – contra os erros dos anabatistas. Além disso, foi das primeiras a negar expressamente o batismo infantil, ou pedobatismo. A tradução a seguir é de Laylton Coelho de Melo, originalmente publicada no sítio Monergismo.

7-2. TEXTO DA CONFISSÃO

Uma confissão de fé de sete congregações (igrejas) de Cristo em Londres, que comumente são chamadas, de forma injustificada, Anabatistas. Esta publicação é para a reivindicação da verdade e informação para os que desconhecem a confissão. Ao mesmo tempo é para contestar as recriminações infundadas que frequentemente nos fazem dos púlpitos e na literatura.

Impresso em Londres, no ano do nosso Senhor, 1646.

I. O SENHOR nosso Deus é um só Deus, cuja existência reside em si mesmo; cuja natureza não pode ser compreendida por ninguém senão por ele mesmo; ele é o único

que tem imortalidade, e mora numa luz a qual nenhum homem pode se aproximar; ele é em si santíssimo, em todos os aspectos infinito: em grandeza, sabedoria, poder e amor; é misericordioso e magnânimo, paciente e abundante em amabilidade e em verdade; é o que dá a existência, o vigor e a preservação de vida a todas as suas criaturas.

II. No ser infinito e divino há somente o Pai, o Verbo e o Espírito Santo; cada um tem toda a essência divina, mas a mesma não está dividida. Todos eles são sem princípio, e por isso compõem um só Deus; o qual não deve ser dividido em sua natureza ou em sua existência, mas que deve ser conhecido por seus vários atributos relativos.

III. Deus decretou em si mesmo, antes que o mundo existisse, todas as coisas, sejam coisas necessárias, acidentais ou voluntárias, com todas as suas circunstâncias, para produzir, dispor e trazer à existência tudo segundo o conselho da sua própria vontade, e para sua própria glória; (mas sem ser o autor culpável do pecado) no qual é manifestada sua sabedoria na disposição de todas as coisas, o que nunca muda, e em seu poder e constância para efetivar seu decreto: Deus antes da fundação do mundo, predestinou a alguns homens para a vida eterna, por meio de Jesus Cristo, para o louvor e glória da sua graça; havendo destinado e abandonado os demais em seu pecado para sua justa condenação, e para o louvor de seu justo veredicto.

IV. No princípio Deus fez todas as coisas muito boas; criou o homem segundo sua própria imagem, cheio com todas as perfeições de seu caráter, e livre de todo pecado; mas o homem não durou muito nesta honra. Satanás usou a engenhosidade da serpente para persuadir primeiro a Eva e logo por meio dela seduziu também a Adão; o qual sem ser coagido por ninguém, ao comer o fruto proibido, desobedeceu ao mandamento de Deus e caiu do estado no qual foi criado. Portanto, a morte veio sobre toda a sua descendência; que agora são procriados em pecado, e por natureza são filhos da ira, servos do pecado, súditos da morte, e sofrem outras adversidades neste mundo, e isto para sempre a menos que o Senhor Jesus Cristo os libere.

V. Deus, em seu infinito poder e sabedoria, dispõe todas as coisas para o fim ao qual foram criadas; que nem o bem e nem o mal lhes sobrevém pela casualidade, ou sem sua providência; e, seja o que for que aconteça aos eleitos, é por Sua determinação, para Sua glória e para o bem deles.

VI. Uma vez que todos os eleitos são amados com um amor eterno, são, portanto, redimidos, vivificados e salvos, mas não por eles mesmos, nem por suas próprias obras, para que ninguém tenha do que se orgulhar; pois são salvos só e totalmente por Deus, por sua graça e misericórdia, por meio de Jesus Cristo, o qual é feito por Deus, para nós, sabedoria, justiça, santificação e redenção; e em tudo isto aquele que se regozija possa regozijar-se no Senhor.

VII. A vida eterna é conhecer a Ele, o único e verdadeiro Deus, e a Jesus Cristo a quem Ele enviou. Mas por outro lado, aqueles que não conhecem a Deus e não obedecem ao evangelho de Jesus Cristo, Ele os recompensará com a vingança.

VIII. A regra do conhecimento, a fé, a obediência, a adoração de Deus, na qual está escrita toda a obrigação do homem, não é a lei dos homens, ou suas tradições, senão a palavra de Deus contida nas Sagradas Escrituras; nas quais está plenamente escrito tudo o que necessitamos saber, crer e praticar; elas são a única regra de santidade e obediência para todos os santos, em todos os tempos, em todos os lugares.

IX. O Senhor Jesus Cristo, de quem Moisés e os profetas escreveram, que foi pregado pelos apóstolos, é o Filho de Deus, a plenitude de sua glória etc., por quem ele fez o mundo; é quem sustenta e governa todas as coisas que ele criou; é quem também, quando chegou a plenitude dos tempos, foi feito de uma mulher, da tribo de Judá, da semente de Abraão e Davi; isto é, da virgem Maria, quando o Espírito desceu sobre ela, quando o poder do Altíssimo lhe amparou; e Ele foi tentado como nós somos tentados, mas sem pecar.

X. Jesus Cristo foi feito o Mediador de um pacto novo e perpétuo da Graça, entre Deus e o homem, sendo para sempre, de maneira perfeita e plena, o Profeta, Sacerdote e Rei da Igreja de Deus.

XI. Ele foi designado por Deus desde a eternidade para este ofício; e quanto a sua humanidade, desde o útero foi chamado, separado e investido com todos os dons necessários, havendo Deus dispensado sem medida o seu Espírito.

XII. Quanto a seu ofício como Mediador, a Escritura nos mostra o chamado de Cristo para este ofício; porque ninguém toma esta honra para si mesmo. Ele foi chamado por Deus, como foi Arão, sendo este chamado uma ação de Deus, pela qual uma promessa especial foi feita, onde Ele ordenou seu filho para este ofício. E esta promessa é que Cristo deveria fazer um sacrifício pelo pecado; que Ele veria sua semente e prolongaria seus dias, e a vontade do Senhor prosperaria em sua mão; tudo isto sendo da graça absoluta e livre de Deus para os eleitos, e sem nenhuma condição prevista neles para que pudessem consegui-la.

XIII. Quanto a este ofício de mediador, isto é, o de ser Profeta, Sacerdote e Rei da Igreja de Deus, este ofício é somente de Cristo, que nem em parte, e muito menos em sua totalidade, pode ser transferido para outra pessoa.

XIV. Este ofício para o qual Jesus foi chamado é de três aspectos: Profeta, Sacerdote e Rei, e o fato de que são três é necessário: por causa de nossa ignorância precisamos dele como profeta; quanto ao nosso distanciamento de Deus, precisamos de seu ofício de Sacerdote para nos reconciliar com Ele; e quanto a nossa adversidade e inabilidade para retornarmos a Deus, precisamos de seu ofício de Rei para nos convencer, subjugar, atrair e preservar para seu reino celestial.

XV. Em relação a profecia de Cristo, é por este ofício que Ele revelou a vontade de Deus, tudo o que é necessário que seus servos devam saber e obedecer. E por isto, Ele é chamado não tão somente Profeta e Mestre, e o Apóstolo de nossa confissão, e o Anjo [mensageiro] do pacto, senão de que assim mesmo, é a sabedoria de Deus, em quem estão escondidos todos os tesouros de sabedoria e ciência, que sempre segue revelando a mesma verdade do Evangelho a seu povo.

XVI. Era imprescindível que Ele fosse Deus e homem para poder ser um Profeta em todo sentido da palavra, porque si não fosse Deus então não poderia compreender perfeitamente a vontade de Deus; e si não fosse feito homem, não poderia esclarecer a vontade de Deus aos homens em sua própria pessoa.

NOTA

Que Cristo é Deus está expresso esplendidamente nas Escrituras:

- É chamado o Deus Todo-poderoso (Isaías 9.6).

- Que o Verbo era Deus (João 1.1).
- Cristo, o qual é Deus que reina sobre tudo (Romanos 9.5).
- Deus manifestado em carne (1 Timóteo 3.16).
- É o mesmo Deus (1 João 5.20).
- É o primeiro (Apocalipse 1.8).
- Dá a existência a todas as coisas, e sem Ele nada foi feito (João 1.2).
- Perdoa o pecado (Mateus 9.6).
- Era antes de Abraão (João 8.58).
- Era e é e para sempre será o mesmo (Hebreus 13.8).
- Sempre está com os seus até o fim do mundo (Mateus 28.20).
- E tudo isto não poderia ser dito de Cristo se Ele não fosse Deus. E ao Filho o Pai

tem dito que seu trono está estabelecido para sempre (Hebreus 1.8; João 1.18).

Cristo não é unicamente perfeito Deus, senão também perfeito homem, feito de mulher (Gálatas 4.4):

- Feito da semente de Davi (Romanos 1.3).
- Veio dos lombos de Davi (Atos 2.30).
- De Jessé e Judá (Atos 13.23).
- Assim como os filhos eram participantes de carne e sangue, Ele também tomou parte com eles (Hebreus 2.14).
- Ele não tomou a natureza dos anjos, senão da semente de Abraão (versículo 16).
- Assim somos osso de seu osso e carne de sua carne (Efésios 5.30).
- E aquele que santifica e os que são santificados são um (Hebreus 2.11; veja também Hebreus 3.22; Deuteronômio 18.15; Hebreus 1.1).

XVII. Quanto ao seu sacerdócio, Cristo, havendo se santificado, apareceu uma só vez para tirar o pecado, e por este ato terminou de sofrer todos os ritos e sombras, etc., e agora tem entrado por trás do véu, até no Lugar Santíssimo, donde está a presença de Deus. Também fez de seu povo uma casa espiritual, um sacerdócio santo, para oferecer sacrifícios espirituais aceitáveis a Deus por meio dele. E o Pai não aceita outros adoradores além destes e Cristo não lhe oferece outros.

XVIII. Este sacerdócio não era temporário nem tampouco legal, senão segundo a ordem de Melquisedeque; e é estável e perfeito, não só por um tempo, senão para sempre. E vem a Cristo como a alguém que vive para sempre. Cristo foi ao mesmo tempo, sacerdote, sacrifício e altar. Era o sacerdote de acordo com as suas duas naturezas. Era o sacrifício segundo a sua natureza humana, por isso este sacrifício está atribuído a seu corpo e sangue. Mas a efetividade deste sacrifício dependeu de sua natureza divina e por isso é chamado o sangue de Deus. Ele era o altar segundo sua natureza divina, sendo do altar a santificação de tudo o que é sacrificado sobre ele, e por isso teria que ser mais digno o altar do que o sacrifício mesmo.

XIX. Quanto ao seu ofício real, Cristo, sendo ressuscitado dos mortos e ascendido ao céu, e tendo todo o poder no céu e na terra, tem governado espiritualmente a sua igreja e exerce poder sobre todos, anjos e homens, bons e maus, para a preservação e a salvação dos eleitos, superintendendo e destruindo seus inimigos. Por este poder real ele tem aplicado os benefícios, as virtudes e os frutos de sua profecia e sacerdócio a seus

eleitos, subordinando os pecados deles, preservando e ajudando-lhes em todos seus conflitos contra Satanás, contra o mundo e contra a carne. Ele guarda seus corações na fé e no temor filial por seu Espírito. Por este, seu grande poder, tem reinado sobre os vasos de desonra, usando-os, limitando-os e restringindo-os, como lhe parece bem a sua sabedoria infinita.

XX. Este reino será plenamente aperfeiçoado quando Ele vier pela segunda vez com glória para reinar entre seus santos; e para ser admirado por todos os que creem; quando derrubará todo reino e autoridade e os porá sob seus pés; para que a glória do Pai possa ser plena e perfeitamente manifestada em Seu Filho, e a glória do Pai e do Filho em todos seus membros.

XXI. Cristo Jesus, por sua morte, produziu a salvação e a reconciliação somente para os eleitos; os quais são aqueles a quem Deus o Pai lhe deu. O evangelho que é pregado a todos os homens como a base da fé é: que Jesus é o Cristo, o Filho do sempre bendito Deus, pleno de toda perfeição das celestiais excelências espirituais; e que a salvação somente e unicamente pode ser obtida pela fé no seu nome.

XXII. A fé é o dom de Deus, produzida nos corações dos eleitos pelo Espírito de Deus; por meio de quem chegam a ver, conhecer e crer na verdade das Escrituras, e as excelências dela por cima de toda outra escritura e coisas do mundo, porque manifestam a glória de Deus em seus atributos, a excelência de Cristo em sua natureza e em seus ofícios, e o poder da plenitude do Espírito em suas obras e operações; e assim podem descansar suas almas sobre a verdade que têm crido.

XXIII. Os que têm a fé produzida neles, pelo Espírito, nunca podem totalmente cair; e ainda que muitas tormentas e inundações lhes fustiguem, não podem ser removidos daquele alicerce e rocha sobre o qual são estabelecidos; ou melhor, serão guardados pelo poder de Deus para a salvação; donde gozarão da possessão que para eles foi comprada, estando seus nomes gravados nas palmas das mãos do próprio Deus.

XXIV. Esta fé normalmente é engendrada pela pregação do Evangelho, a palavra de Cristo, sem considerar nenhum poder ou capacidade do ouvinte, o qual está totalmente passivo e morto em delitos e transgressões. Assim, ele crê e está convertido pelo mesmo poder que levantou a Cristo dentre os mortos.

XXV. A apresentação do Evangelho para a conversão dos pecadores é absolutamente de graça, não requer como algo necessário nenhuma antecipada qualidade ou preparação. Os terrores da Lei, ou um ministério da Lei não é necessário, senão para uma alma desnuda, como pecador e sem Deus; para receber a Cristo, como Cristo, como crucificado, morto, sepultado e ressuscitado, sendo feito um Príncipe e Salvador para os pecadores.

XXVI. O mesmo poder que converte para a fé em Cristo é o mesmo poder que ajuda a alma diante de todas as responsabilidades, tentações, conflitos e sofrimentos. Todo aquele que é um Cristão, é pela Graça e pela constante operação renovadora de Deus, sem a qual nunca poderia cumprir nenhuma incumbência para Deus ou resistir a nenhuma tentação de Satanás, do mundo e do homem.

XXVII. Deus Pai, e o Filho e o Espírito, é um com todos os crentes, em sua plenitude, em suas relações, como cabeça e membros, como uma casa e seus moradores, como marido e esposa, um com Ele, como a luz e o amor, e um com Ele em sua herança

e em toda a sua Glória. São filhos adotados por Deus, e herdeiros de Cristo, coerdeiros com Ele da herança de todas as promessas nesta vida e na que está por vir.

XXVIII. Os que são unidos com Cristo são justificados pelo sangue de Cristo, de todos os seus pecados, os do passado, os do presente e os que ainda estão por vir. Compreendemos que esta justificação é o perdão gratuito e livre dado por Deus, da culpabilidade de todo pecado. E que vem pela satisfação que Cristo fez com sua morte e aplicou ao pecador por meio da fé.

XXIX. Todos os crentes compõem um povo santo e santificado. Sua santificação é um dom do Novo Pacto e do efeito do amor de Deus manifestado na alma. Por este dom o crente está separado, em verdade e em realidade, tanto em sua alma como em seu corpo, de todo pecado e obras mortas, pelo sangue do Pacto Eterno, pelo qual obedece com perfeição evangélica e celestial a todos os mandamentos que Cristo, como Cabeça e Rei deste Novo Pacto, tem-lhe imposto.

XXX. Todos os crentes, pelo conhecimento da vida que é dada pelo Pai e que procedeu do sangue de Cristo, têm como um grande privilégio do Novo Pacto, paz com Deus e reconciliação. Assim eles, que estavam fora, são incluídos dentro, por aquele sangue e têm uma paz que está além de toda compreensão. Sim, e alegria em Deus por nosso Senhor Jesus Cristo, por quem temos recebido a propiciação.

XXXI. Todos os crentes durante esta vida se encontram numa guerra contínua, opondo-se ao pecado, a si mesmos, ao mundo e ao diabo; e estão expostos a toda classe de aflições, tribulações e perseguições e assim estarão até que Cristo venha em seu Reino, sendo assim predestinados. Tudo que os santos desfrutam e possuem de Deus durante esta vida, é unicamente pela fé.

XXXII. O único poder pelo qual seja possível para os santos enfrentar toda oposição e resistir as aflições, tentações, perseguições e provas, recebem-no de Jesus Cristo, o qual é o Capitão de sua salvação, sendo feito perfeito pelo sofrimento e quem tem colocado seu poder para ajudá-los em todas suas aflições e para sustentá-los sob as tentações e para salvaguardá-los por seu Poder para seu Reino Eterno.

XXXIII. Cristo tem aqui na terra um Reino espiritual, que é a Igreja que ele adquiriu e redimiu para si, como uma herança particular. Esta Igreja, como nós a vemos, é uma companhia de santos visíveis, chamados e separados do mundo pela Palavra e o pelo Espírito de Deus, para a confissão visível da fé no Evangelho, sendo batizados pela fé e incorporados ao Senhor e unidos uns com os outros, por um acordo mútuo, na prática das Ordenanças estabelecidas por Cristo sua Cabeça e Rei.

XXXIV. A esta Igreja Cristo fez suas promessas e a ela apresentou os sinais de seu Pacto, sua presença, amor, bênção e proteção. Aqui se encontram todas as fontes e mananciais de sua Graça celestial que continuamente fluem. Para a Igreja devem todos os homens vir, de toda classe, para confessarem a Cristo como seu Profeta, Sacerdote e Rei e para serem arrolados entre os servos da Casa, para estarem sob seu governo, e para viverem dentro do redil, dentro do jardim regado, para terem aqui comunhão com os santos, e para serem participantes da herança no Reino de Deus.

XXXV. Todos os servos de Cristo são chamados para fora, a fim de apresentar seus corpos e almas e os dons que Deus lhes deu. Assim apresentados, eles se encontram em

seu devido lugar, sendo entrelaçados e compactados segundo o funcionamento de cada um, para a edificação da Igreja em amor.

XXXVI. A cada Igreja, Cristo dá o poder para seu bem-estar, para escolher para si pessoas para os ofícios de Pastor, Mestre, Presbítero e Diácono, os quais são os ofícios designados por Cristo em sua Palavra para a alimentação, governo e edificação de sua Igreja e não há nenhum outro ofício com autoridade.

XXXVII. Os ministros antes mencionados, chamados pela Igreja onde administram, devem continuar em seu chamamento, segundo a ordenança de Deus e com diligência devem alimentar o rebanho de Cristo que lhes é encomendado, não por lucro, senão livremente.

XXXVIII. O sustento dos oficiais acima mencionados deve ser livre e voluntário, não por uma lei imposta a Igreja, segundo é estabelecido por Cristo, que os que pregam o Evangelho devem viver também por ele.

XXXIX. O batismo é uma ordenança do Novo Testamento, estabelecido por Cristo, para ser administrado sobre pessoas que professam fé, que são discípulos, os quais por sua confissão de fé devem ser batizados e depois participar da Ceia do Senhor.

XL. A maneira de aplicar esta ordenança, segundo a Escritura, é por submergir o corpo inteiro sob a água. E sendo um sinal, tem que corresponder com o que ele significa, que é o seguinte: primeiro, o lavamento da alma inteira no sangue de Cristo; segundo, os benefícios comunicados aos santos pela morte, sepultamento e ressurreição de Cristo; terceiro, uma confirmação da fé, que assim como certamente o corpo está sepultado sob a água e se levanta outra vez, assim também os corpos dos santos se levantarão pelo poder de Cristo, no dia da ressurreição, para reinar com Cristo.

XLI. As pessoas designadas por Cristo para administrar esta ordenança, segundo a Escritura, são os discípulos que pregam. Em nenhum lugar está associado com certa igreja, oficial ou pessoa extraordinariamente estabelecida. A comissão que inclui a administração desta ordenança é dada sem nenhuma outra consideração a menos que sejam discípulos.

XLII. Cristo também deu a sua Igreja a autoridade de receber e excomungar a qualquer membro, e este poder é dado a cada congregação e não a uma pessoa em particular, seja membro ou oficial, senão para a totalidade da Igreja.

XLIII. Cada membro em particular da Igreja, por mais excelente ou conhecedor que seja, deve ser sujeito à censura e o juízo de Cristo. A Igreja deve se movimentar contra um de seus membros com grande cuidado e caridade.

XLIV. Cristo, para guardar sua Igreja na comunhão santa e ordenada, coloca a certos varões sobre a Igreja, os quais por seu ofício, devem governar, suportar, visitar, e cuidar. De modo semelhante, para o melhor cuidado de todas as igrejas, Cristo dá aos membros a autoridade e a responsabilidade de cuidar uns dos outros.

XLV. Aos que Deus tem dado dons, estes sendo provados pela Igreja, podem e devem por ordem da congregação, profetizar, segundo a proporção da fé e ensinar publicamente a Palavra de Deus, para a edificação, exortação e consolo da Igreja.

XLVI. Sendo corretamente unida, estabelecida e seguindo na comunhão cristã e na obediência ao Evangelho de Cristo, ninguém deve separar-se da Igreja porque nela há faltas ou corrupções. Estas coisas acontecem porque ela consiste de homens sujeitos a

erros, e de haver divergências mesmo nas Igrejas verdadeiramente constituídas. Ao invés disso, eles devem procurar corrigir essas coisas.

XLVII. Ainda que cada congregação seja diferente, e que tenha muitos corpos independentes, e que cada igreja seja compacta e como uma cidade em si mesma, todas as Igrejas devem andar pela mesma regra, e por todos os meios benéficos compartilhar conselhos e ajuda nos assuntos da Igreja, como membros de um só corpo com uma fé comum sob Cristo sua única cabeça.

XLVIII. A autoridade civil é uma ordem de Deus, estabelecida por Deus para castigar aos malfetores e para recompensar aos que fazem o bem. Quando ela faz as coisas legalmente, as pessoas devem se submeter a ela no Senhor. Devemos fazer orações e supplicas pelos reis e por todos os que estão em posição de autoridade, para que sob eles possamos viver uma vida calma e pacífica, com piedade e honestidade.

XLIX. Cremos que as autoridades supremas deste reino são: o Rei e o Parlamento escolhido pelo reino, e que estamos obrigados a nos submeter a todas as leis civis que eles fizerem e tenham ordenado. Devemos defender às autoridades e todas as leis civis feitas por elas, com nosso ser e com nosso patrimônio, ainda que devamos sofrer, por razão de consciência, por não nos submeter às suas leis eclesíásticas com as quais não estamos de acordo.

L. Se Deus nos conceder uma misericórdia, a de mudar os corações das autoridades, para que nos protejam da opressão, maldade, moléstia e feridas, que por muito tempo sofríamos sob a tirania e opressão da hierarquia dos prelados. Agora Deus por sua misericórdia tem feito este presente Rei e o Parlamento maravilhosamente honrados, como instrumentos em sua mão, e tivemos um tempo para respirar. E isto é algo além de nossas esperanças e consideramos que devemos agradecer a Deus para sempre por isto.

LI. E mesmo que as coisas mudem, nós devemos continuar na comunhão cristã, não abandonando nossa prática, senão andando em obediência a Cristo, na confissão e propagação da fé acima mencionada, ainda que seja no meio de provas e aflições, não considerando nossos bens, terras, esposas, filhos, pais, irmãos e até nossas vidas como de grande valor, para que possamos terminar nosso caminho com alegria, lembrando-nos sempre que devemos obedecer a Deus em lugar dos homens. Baseando-nos no mandamento, comissão e promessa de nosso Senhor e Mestre, Jesus Cristo, quem tem poder no céu e na terra, quem também prometeu que se guardássemos os mandamentos que ele nos deu, ele estaria conosco até o fim do mundo, e quando tivermos terminado nossa carreira e tendo guardado a fé, Ele nos dará uma coroa de justiça que foi guardada para todos os que amam sua manifestação, o mesmo a quem temos que explicar a razão de nossas ações, porque não há nenhum homem que nos possa perdoar.

LII. É um dever pagar a todo homem tudo o que lhe é devido, seja honra, conduta ou impostos. Nossas posses, bens e corpos devem ser submetidos ao poder civil no Senhor. Este deve ser reconhecido, reverenciado e obedecido com piedade. Não só porque ele nos pode castigar, senão pelo bem de nossa consciência. E finalmente, cada homem deve ser honrado e considerado como é apropriado, por razão de sua idade, estado social e condição.

LIII. Desejamos dar a Deus o que é dele, e ao governo o que é do governo, e a todo homem o que lhe pertence, tratando de manter limpa a consciência, sem ofender a Deus

ou ao homem. E se alguém tomar o que professamos como heresia, nós continuaremos a adorar o Deus de nossos Pais, crendo em todas as coisas que são escritas na Lei e nos Profetas e Apóstolos, e nossas almas aguardarão a destruição de toda heresia e opinião que não seja a de Cristo, permanecendo consistentes, irremovíveis, sempre abundando nas obras do Senhor, sabendo que nossa ocupação não é vã no Senhor.

CONCLUSÃO

Queremos dar a Cristo o que é dele e a toda a autoridade legal o que lhe é merecido, e não dever nada a ninguém a não ser o amor; viver em tranquilidade e pacificamente, como é digno de um santo, esforçando-nos em tudo para manter uma boa consciência; e responder a todo homem como desejamos ser também respondidos. Nossa prática comprova que somos um povo inofensivo e calmo (não representamos perigo e nem causamos males à sociedade humana). Laboramos e trabalhamos com nossas mãos, para que ninguém nos acuse, senão que possamos dar ao que tem necessidade, tanto a inimigos como a amigos, levando em conta que é melhor dar do que receber.

Reconhecemos que só conhecemos em parte, e que desconhecemos muitas coisas que queríamos e buscamos conhecer, e se alguém não nos compreende, devemos agradecer a Deus e a eles. Mas se alguém nos pedir qualquer coisa não ordenada por nosso Senhor Jesus Cristo, devemos suportar reprovações e torturas dos homens, e perder as comodidades físicas, e se for necessário, morreremos mil vezes, do que fazer qualquer coisa que vá contra nossa própria consciência. E se alguém chama heresia ao que dissemos, então juntamente com o Apóstolo reconhecemos que segundo aquilo que chamam de heresia, nós adoramos ao Deus de nossos Pais, eliminando toda verdadeira heresia, porque está em oposição a Cristo, e assim permanecemos firmes, irremovíveis, sempre abundando em obediência a Cristo, sabendo que nosso labor não será em vão no Senhor.

ARTIGO II

CONFISSÃO DE FÉ DE DORDRECHT

7-3. ASPECTOS GERAIS

Adotada em 21 de abril de 1632, pela Conferência Menonita Holandesa reunida em Dordrecht, Holanda. Inicialmente liderados por Menno Simmons, descendentes dos anabatistas, os menonitas são uma denominação cristã que se caracteriza pela disciplina e pela índole pacifista, a ponto de rejeitarem o serviço público civil e militar, bem como a carreira das Armas. A tradução é de Walter Andrade Campelo.

7-4. TEXTO DA CONFISSÃO

I. DE DEUS E A CRIAÇÃO DE TODAS AS COISAS

Desde que encontramos testificado que sem fé é impossível agradecer a Deus, e que aquele que vem a Deus deve crer que há um Deus, e que Ele é galardoador dos que o buscam; então, confessamos com a boca, e cremos com o coração, com toda a piedade, de acordo com as Sagradas Escrituras, no eterno, todo-poderoso, e incompreensível Deus, o Pai, o Filho, e o Espírito Santo, e em nada mais, ou em qualquer outro; [O Deus]¹ diante de quem nenhum outro deus foi feito ou existiu, nem haverá qualquer um diante Dele: porque Dele, e por Ele, e para Ele, são todas as coisas; a Ele seja o louvor e a honra para todo o sempre, Amém.

Hb.11:6; Dt.6:4; Gn.17:1; Is.46:8; 1 Jo.5:7; Rm.11:36

Deste mesmo Deus único, que opera tudo em todos, nós cremos e confessamos que é o Criador de todas as coisas visíveis e invisíveis; [cremos] que Ele, em seis dias, criou, fez, e preparou o céu e a terra, e o mar, e tudo o que neles há; e que Ele ainda governa e sustenta a mesma e toda a Sua obra através da Sua sabedoria, do Seu poder, e da palavra do Seu poder.

1 Co.12:6; Gn.1; At.14:15

E quando terminou Suas obras, e tendo-as ordenado e preparado, cada uma em sua natureza e propriedades, boas e corretas, de acordo com Sua vontade, criou o primeiro homem, o pai de nós homens, Adão; a quem formou do pó da terra, e soprou em suas narinas o fôlego da vida, de modo que se tornasse alma vivente, [que foi] criada por Deus à Sua própria imagem e semelhança, em justiça e santidade, para a vida eterna. Ele o considerou acima de todas as outras criaturas, dotando-o com mui altos e gloriosos dons, colocando-o no jardim do gozo ou Paraíso, e lhe dando um mandamento e proibição; em seguida tomou uma costela de Adão, e fez dela uma mulher, e a trouxe a ele, unindo e dando-a a ele como ajudadora, companheira, e esposa; e como consequência disto também fez com que deste único homem, Adão, descendam todos os homens que habitam sobre toda a terra.

Gn.1:27; 2:7, 17-18, 22

II. DA QUEDA DO HOMEM

Cremos e confessamos, de acordo com as Sagradas Escrituras, que estes nossos primeiros pais, Adão e Eva, não continuaram por muito [tempo] neste estado de glória no qual foram criados, mas que eles, seduzidos pela sutileza e engano da serpente, e a inveja do demônio, transgrediram o grande mandamento de Deus e se tornaram desobedientes ao seu Criador; por esta desobediência o pecado veio ao mundo, e a morte pelo pecado,

¹ Esta tradução foi realizada utilizando-se o princípio de equivalência formal; assim, todas as palavras entre colchetes não se encontram no original em inglês, mas foram incluídas para dar entendimento e fluência em português (N. do. T.).

a qual então passou a todos os homens, porque todos pecaram, e, conseqüentemente, trouxeram sobre si a ira de Deus, e a condenação; por esta razão, por Deus foram expulsos do Paraíso, ou jardim de gozo, para arar a terra, em dor comer dela, e comer seu pão no suor dos seus rostos, até que tornassem à terra, de onde foram tomados; e que, por conseguinte, por este único pecado, eles se tornaram tão desonrados, separados, e distantes de Deus que, nem por si mesmos, nem por quaisquer de seus descendentes, nem pelos anjos, nem por homens, nem por qualquer outra criatura no céu ou na terra, poderiam ser erguidos, remidos, ou reconciliados com Deus, e assim deveriam permanecer eternamente perdidos, não tendo Deus em compaixão por Suas criaturas, provendo por elas, ou intervindo com Seu amor e misericórdia.

Gn.3:6; 4 Ed.3:7; Rm.5:12,18; Gn.3:23; Sl.49:8; Ap.5:9; Jo.3:16

III. DA RESTAURAÇÃO DO HOMEM ATRAVÉS DA PROMESSA DO CRISTO QUE ESTAVA POR VIR

No que concerne à restauração do primeiro homem e de sua posteridade, confessamos e cremos, que Deus, não obstante sua queda, transgressão e pecado, e sua posterior incapacidade, não estava, todavia, desejando lançá-los fora inteiramente, ou deixá-los para sempre perdidos; mas, [confessamos e cremos] que o chamou novamente a si, o consolou, e lhe mostrou que nele ainda havia um meio para sua reconciliação, a saber: o Cordeiro imaculado, o Filho de Deus, que foi para isto conhecido antes da fundação do mundo, e que lhe foi prometido enquanto ainda estava no Paraíso para a consolação, redenção e salvação dele mesmo e de sua posteridade; sim, aqueles que, daquele momento em diante, pela fé, fossem dados a Ele como sendo seus; por quem todos os piedosos patriarcas, aos quais esta promessa foi frequentemente renovada, almejavam e inquiriam, e a quem, pela fé, eles viram à frente e à distância, [enquanto estavam] à espera do cumprimento [da promessa], de que Ele, por sua vinda, redimiria, libertaria e ergueria a raça humana da queda do seu pecado, da culpa e da injustiça.

Jo.1:29; 1 Pe.1:19[-20]; Gn.3:15; I Jo.3:8; 2:1; Hb.11:13, 39; Gl.4:4

IV. DA VINDA DE CRISTO A ESTE MUNDO, E O PROPÓSITO PELO QUAL ELE VEIO

Cremos e confessamos, além disso, que quando o tempo da promessa, pelo qual todos os piedosos antepassados tanto haviam almejado e esperado, chegou e foi cumprido, o previamente prometido Messias, Redentor e Salvador, vindo de Deus, foi enviado. E que, conforme as previsões dos profetas e o testemunho dos evangelistas, Ele veio ao mundo, e de fato, em carne se manifestou, e a Palavra, ela própria, se fez carne e homem; [cremos e confessamos também] que Ele foi concebido na virgem Maria, que foi desposada com um homem chamado José, da casa de Davi; e que ela Lhe deu à luz como seu filho primogênito, em Belém, que O envolveu em panos, e que O deitou em uma manjedoura.

Jo.4:25, 16:28; 1 Tm 3:16; Jo.1:14; Mt.1:23; Lc.2:7

Também confessamos e cremos que este é o mesmo que foi divulgado como tendo sido desde a antiguidade, desde a eternidade, sem início de dias, ou fim de vida; sobre

quem está testificado que Ele próprio é o Alfa e o Ômega, o princípio e o fim, o primeiro e o derradeiro; que Ele é aquele mesmo, e nenhum outro, que foi conhecido, prometido, enviado, e que veio a este mundo; que é o único, primeiro e o próprio Filho de Deus; que foi antes que João o Batista, antes que Abraão, antes que o mundo; de fato, que foi o Senhor de Davi, e Deus de todo o mundo, o primogênito de toda a criação; que foi trazido a este mundo, e para quem um corpo foi preparado, o qual Ele entregou como um sacrifício e oferta, como cheiro suave a Deus, sim, para a consolação, redenção, e salvação de toda a humanidade.

Jo.3:16; Hb.1:6; Rm.8:32; Jo.1:30; Mt.22:43; Cl.1:15; Hb.10:5

Mas sobre como e de que maneira este precioso corpo foi preparado, e como a Palavra se fez carne, e Ele Próprio [se fez] homem, sobre isto nós nos contentamos com a afirmação concernente a este assunto a qual os ilustres evangelistas nos deixaram em seus relatos, de acordo com a qual confessamos juntamente com todos os santos, que: Ele é o Filho do Deus vivente, em quem somente consiste toda nossa esperança, consolação, redenção, e salvação, o que não podemos nem devemos buscar em nenhum outro.

Lc.1:31-32; Jo.20:31; Mt.16:16

Nós ademais cremos e confessamos com as Escrituras que, quando Ele terminou Sua carreira, e cumpriu a obra para a qual Ele foi enviado e [pela qual] veio ao mundo, Ele foi, conforme a providência de Deus, entregue nas mãos dos iníquos; sofreu sob o juiz, Pôncio Pilatos; foi crucificado, morto, foi enterrado, e ao terceiro dia ressuscitou dos mortos, e ascendeu ao céu; e que se assentou ao alto à direita de Deus a Majestade, de onde Ele virá novamente para julgar os vivos e os mortos.

Lc.22:53; 23:1; 24:6-7,51

E que deste modo o Filho de Deus morreu, e experimentou a morte, e derramou Seu precioso sangue por todos os homens; e que por meio disso Ele pisou a cabeça da serpente, desfazendo as obras do Demônio, riscando a cédula [que era contrária] e obtendo perdão dos pecados para toda a humanidade; portanto se tornando a causa da salvação eterna de todos aqueles que, de Adão até o fim do mundo, cada um a seu tempo, crerem Nele, e O obedecerem.

Gn.3:15; 1 Jo.3:8; Cl.2:14; Rm.5:18

V. DA LEI DE CRISTO, ISTO É, O SANTO EVANGELHO OU O NOVO TESTAMENTO

Nós também cremos e confessamos que antes de Sua ascensão Ele instituiu Seu Novo Testamento, e, desde que era para ser e permanecer um Testamento eterno, [cremos] que Ele o confirmou e selou com Seu precioso sangue, e o deu e deixou para Seus discípulos; sim, preenchendo-os tão fortemente com ele, que nem anjo nem homem podem alterá-lo, nem acrescentar ou tirar dele; e que Ele o produziu contendo tanto do inteiro conselho e vontade de Seu Pai celestial quanto foi necessário para a salvação ser proclamada, em Seu nome, por Seus amados apóstolos, mensageiros, e ministros – a quem Ele chamou, escolheu, e enviou ao mundo com este propósito – entre todos os povos, nações, e línguas; para

que o arrependimento e a remissão dos pecados fossem pregados e testificados; e [cremos] que, concordemente, Ele tem com isto declarado a todos os homens sem distinção, que aqueles que, através da fé, como filhos obedientes atenderem, seguirem, e praticarem o que o mesmo contém, serão Seus filhos e herdeiros legais; deste modo não excluindo ninguém da preciosa herança de eterna salvação, exceto os descrentes e desobedientes, tortos e obstinados, que desprezam [o evangelho], e incorrem nisto por seus próprios pecados, fazendo-os, desta forma, indignos da vida eterna.

Jr.31:31; Hb.9:-15-17; Mt.26:28; Gl.1:8; 1 Tm.6:3; Jo.15:15; Mt.28:19; Mc.16:15; Lc.24:47; Rm.8:17; At.13:46

VI. DO ARREPENDIMENTO E TRANSFORMAÇÃO DE VIDA

Creemos e confessamos que, já que a imaginação do coração do homem é má desde sua juventude, e, portanto, inclinada a toda iniquidade, pecado, e maldade, a primeira lição do precioso Novo Testamento do Filho de Deus é o arrependimento e a transformação de vida; conseqüentemente, aqueles que têm ouvidos para ouvir, e corações para entender, devem gerar genuínos frutos [dignos] de arrependimento, transformar suas vidas, crer no Evangelho, evitar o mal e fazer o bem, desistir da iniquidade, renunciar ao pecado, despir-se do velho homem com seus feitos, e vestir-se do novo homem, que conforme Deus é criado em justiça e verdadeira santidade: porque, nem o batismo, ou a ceia, ou o ser membro da igreja, nem qualquer outra cerimônia exterior, podem sem fé, regeneração, mudança, e renovação de vida, ajudar em algo a agradar a Deus ou a obter Dele qualquer consolação ou promessa de salvação; mas devemos ir a Deus com um coração puro, e uma fé perfeita, e a crença em Jesus Cristo, como nos diz a Escritura, e testificar Dele; [pois,] através de tal fé obtemos perdão dos pecados, somos santificados, justificados, e feitos filhos de Deus, sim, participantes de Sua mente, natureza, e imagem, sendo, do alto, de novo gerados de Deus, através de uma semente incorruptível.

Gn.8:21; Mc.1:15; Ez.12:2; Cl.3:9-10; Ef.4:22,24; Hb.10:22-23; Jo.7:38

VII. DO SANTO BATISMO

No que concerne ao batismo confessamos que nós, crentes arrependidos, os que pela fé, regeneração, e renovação do Espírito Santo, fomos feitos um com Deus e estamos escritos no céu, devemos: sobre bíblica profissão de fé, e renovação de vida, ser batizados em água, no digníssimo nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo, de acordo com o mandamento de Cristo e o ensino, exemplo e prática dos apóstolos, para sepultamento dos pecados, e assim ser incorporados na comunhão dos santos; e daí em diante aprender a observar todas as coisas que o Filho de Deus tem ensinado, deixado, e ordenado aos Seus discípulos.

At.2:38; Mt.28:19-20; Rm.6:4; Mc.16:16; Mt.3:15; At.8:16; 9:18; 10:47; 16:33; Cl.2:11-12

VIII. DA IGREJA DE CRISTO

Creemos em, e confessamos, uma igreja de Deus visível, a saber, aqueles que, como foi dito antes, verdadeiramente se arrependem e creem, e são corretamente batizados;

aqueles que são um com Deus no céu, e [são] perfeitamente incorporados na comunhão dos santos aqui na terra. Esta nós confessamos ser a geração eleita, o sacerdócio real, a nação santa, os que são declarados ser a noiva e a esposa de Cristo, sim, filhos e herdeiros da vida eterna, a tenda, o tabernáculo, e a habitação de Deus em Espírito; edificados sobre a fundação dos apóstolos e profetas, dos quais o próprio Jesus Cristo é declarado ser a pedra principal de esquina (sobre a qual a Sua igreja é construída). Esta [é] a igreja do Deus vivente, a qual Ele adquiriu, comprou, e remiu com Seu próprio e precioso sangue; com a qual, de acordo com Sua promessa, Ele estará e permanecerá para sempre, mesmo no fim do mundo, para consolação e proteção, sim, habitará e andará junto deles, e os preservará, de modo que nem rios nem tempestades, nem mesmo as portas do inferno, os moverão ou prevalecerão contra eles; – esta igreja, nós afirmamos, pode ser reconhecida por sua fé bíblica, sua doutrina, seu amor, e sua santa conversação, como, também, pela frutífera observância, prática, e manutenção das verdadeiras ordenanças de Cristo, as quais Ele tão altamente ordenou aos Seus discípulos.

I Co.12; 1 Pe.2:9; Jo.3:29; Ap.19:7; Tt.3:6-7; Ef.2:19-21; Mt.16:18; 1 Pe.1:18-19; Mt.28:20; 2 Co.6:16; Mt.7:25

IX. DA ELEIÇÃO, E DOS OFÍCIOS DE MESTRES, DIÁCONOS, E DIACONISAS NA IGREJA

No que concerne aos ofícios e eleições na igreja, nós cremos e confessamos que, já que sem os ofícios e as ordenações a igreja não pode subsistir em seu crescimento, nem continuar em desenvolvimento, então o próprio Senhor Jesus Cristo, como o esposo em Sua casa, instituiu, determinou, encarregou, e ordenou Seus ofícios e ordenações. De maneira que todos devem andar neles, e atentar para a Sua obra e chamado e executá-los, assim que encontrados, do mesmo modo como Ele próprio, sendo o fiel, grande, e sumo Pastor e Bispo de nossas almas, foi enviado, e veio ao mundo, não para ferir, quebrar, ou destruir as almas dos homens, mas para curá-las e restaurá-las, para buscar o perdido, e derrubar a parede de separação que estava no meio, para fazer de dois um, e assim reunir judeus, gentios, e todas as nações, em um rebanho, em uma igreja com Seu nome, para que – nenhum venha a pecar ou estar perdido – Ele próprio deu Sua vida, e assim ministrando-lhes a salvação, e libertando-os e remindo-os, no que ninguém mais poderia ajudá-los ou socorrê-los.

Ef.4:10-12; 1 Pe.2:25; Mt.12:19; 18:11; Ef.2:14; Gl.3:28; Jo.10:9,11,15; Sl.49:8

E que Ele, além disso, antes de Sua partida, deixou Sua igreja suprida com ministros fiéis, apóstolos, evangelistas, pastores e mestres, a quem Ele antes, através do Espírito Santo, escolheu com oração e súplica; que eles devem governar a igreja, alimentar o Seu rebanho, e vigiá-lo, protegê-lo e supri-lo, sim, fazer todas as coisas, como Ele fez antes deles, tendo ensinado, pelo exemplo mostrado, e tendo-lhes incumbido, de ensinar a guardar todas as coisas que Ele lhes mandou.

Lc.10:1; 6:12-13; Jo.2:15

Que, do mesmo modo, os apóstolos, como fiéis seguidores de Cristo, e líderes da igreja, foram diligentes a este respeito, com oração e súplicas a Deus, através da eleição

de irmãos, de modo a suprir cada cidade, lugar, ou igreja, com bispos, pastores, e líderes. E que para ordenar tais pessoas a isto, os mesmos deverão ter cuidado de si mesmos, da doutrina e do rebanho; para que sejam sadios na fé, piedosos na vida e na conversação, e de boa fama tanto fora quanto dentro da igreja; para que possam ser exemplo, luz, e padrão de todas as santas e boas obras, dignamente administrando as ordenanças do Senhor – o batismo e a ceia. E devem em todo lugar (onde tais possam ser encontrados) apontar homens fiéis que sejam capazes de também ensinar a outros, como presbíteros, ordenando-os através de imposição de mãos em nome do Senhor, para prover todas as necessidades da igreja de acordo com suas habilidades; assim que, como servos fiéis, devem bem usar seus talentos recebidos do Senhor, obtendo benefício com eles, e, conseqüentemente, salvando a si mesmos e aqueles que os ouvem.

1 Tm.3:1; At 23:24; Tt.1:5; 1 Tm.4:16; Tt.2:1-2; 1 Tm.3:7; 2 Tm.2:2; 1 Tm.4:14; 5:2; Lc.19:13

Que eles devem também olhar diligentemente, cada um particularmente entre aqueles seus sobre os quais tenha a supervisão, para que todos os lugares estejam bem supridos com diáconos (para olhar pelos pobres e cuidar deles), os quais devem receber as contribuições e as ofertas, de modo a reparti-las fielmente e com toda a propriedade aos santos que sejam pobres e necessitados.

At.6:3-6

E que também as viúvas honradas e idosas devem ser escolhidas e ordenadas diaconisas. Que elas com os diáconos devem visitar, confortar, e cuidar dos pobres, fracos, doentes, aflitos e necessitados, como também das viúvas e dos órfãos, e ajudar a atender a outras carências e necessidades da igreja no melhor de suas habilidades.

1 Tm.5:9; Rm.16:1; Tg.1:27

Ademais, no que diz respeito aos diáconos, que eles – especialmente quando são preparados, e eleitos e ordenados a isto pela igreja, para a assistência e alívio dos presbíteros – devem exortar a igreja (já que eles, como tem sido dito, são escolhidos para isto), e labutar também na Palavra e no ensino; que cada um deve ministrar aos outros com os dons que recebeu do Senhor, de modo que através do mútuo serviço e da assistência de cada membro, cada um em sua medida, o corpo de Cristo possa ser aperfeiçoado, e a videira e igreja do Senhor continue a crescer, aumentar, e ser edificada, como lhe é próprio.

X. DA SANTA CEIA

Também confessamos e observamos o partir do pão, ou Ceia, uma vez que o Senhor Cristo Jesus antes do Seu sofrimento o instituiu com pão e vinho, e observou e comeu com Seus apóstolos, ordenando-lhes que o observassem em memória Dele; o que eles ensinaram e praticaram na igreja, e ordenaram que fosse mantido em memória do sofrimento e da morte do Senhor; e [em memória de] Seu precioso corpo [que] foi partido, e [de] Seu sangue [que foi] derramado, por nós e por toda a humanidade, como também dos frutos disto, a saber, a redenção e a salvação eterna, os quais Ele comprou com este ato, mostrando [este] tão grande amor por nós homens pecadores; através do

qual somos admoestados ao extremo, a amar e a perdoar-nos uns aos outros e aos nossos próximos, como Ele tem feito conosco, e a estarmos atentos para nos mantermos e vivermos à altura da unidade e da comunhão que temos com Deus e uns com os outros, a qual é, para nós, representada por este partir de pão.

Mt.26:26; Mc.14:22; At.2:42; 1 Co.10:16; 11:23

XI. DO LAVAR OS PÉS DOS SANTOS

Também confessamos o lavar os pés dos santos, já que o Senhor Cristo não somente o instituiu, impôs e ordenou, mas Ele próprio, mesmo sendo Ele Senhor e Mestre deles, lavou os pés de Seus apóstolos, dando, por meio disto, o exemplo de que eles deveriam do mesmo modo lavar os pés uns dos outros, e fazer conforme Ele lhes fez; o que em conformidade, deste momento em diante, eles ensinaram os crentes a observar, como sinal de verdadeira humildade, e, especialmente, para lembrar por este lavar de pés, da verdadeira lavagem, pela qual somos lavados através do Seu precioso sangue, e feitos puros de alma.

Jo.13:4-17; 1 Tm.5:10

XII. DO ESTADO DE MATRIMÔNIO

Confessamos que há na igreja de Deus um honrado estado de matrimônio, de duas pessoas, crentes e livres, em concordância com a forma pela qual Deus originalmente o ordenou no Paraíso, e o instituiu Ele mesmo com Adão e Eva; e [confessamos] que o Senhor Cristo aboliu e pôs de lado todos os abusos ao casamento que neste meio tempo haviam sido sorrateiramente introduzidos, e trouxe todas as coisas à sua ordem original, e assim as deixou.

Gn.1:27; Mc.10:4

Desta forma o Apóstolo Paulo também ensinou e permitiu o matrimônio na igreja, e deixou livre para que todas as pessoas se casem, de acordo com a ordem original, no Senhor, e para que qualquer pessoa possa obter este consentimento. Por estas palavras - no Senhor - há que se entender, pensamos, que do mesmo modo como os patriarcas tinham que se casar entre sua parentela ou geração, assim os crentes do Novo Testamento não têm igualmente nenhuma outra liberdade além daquela de se casarem entre os [que são] da geração eleita e da parentela espiritual de Cristo, isto é, aqueles, e não outros, que previamente se uniram à igreja com um mesmo coração e alma, tendo recebido o único batismo, e permanecendo em comunhão, fé, doutrina e prática, diante do que podem se unir um com o outro pelo casamento. Estes tais são então unidos por Deus em Sua igreja de acordo com a ordem original; e isto é chamado de casamento no Senhor.

2 Co.7:2; 1 Co.9:5; Gn.24:4; 28:2; 1 Co.7:39

XIII. DO OFÍCIO DA AUTORIDADE SECULAR

Creemos e confessamos que Deus tem ordenado poder e autoridade, e os determinou para punir o mau, e proteger o bom, para governar o mundo, e manter países e cida-

des, com suas populações, em boa ordem e legalidade; e que nós, por esta razão, não podemos desprezar, injuriar, ou resistir a eles, mas devemos reconhecê-los e honrá-los como ministros de Deus, e estar sujeitos e obedientes a eles, sim, prontos para todas as boas obras, especificamente no que não é contrário à lei, vontade, e ordenação de Deus; também fielmente pagar direitos, impostos e taxas, e entregar a eles o que lhes for de direito, do modo como o Filho de Deus ensinou e praticou, e ordenou que Seus discípulos fizessem; que nós devemos, além disso, constante e fervorosamente orar ao Senhor por eles e por seu bem-estar, e pela prosperidade do país, para que possamos habitar sob sua proteção, ganhar nosso sustento, e levar uma vida quieta e pacífica, com toda a piedade e honestidade; e, ademais, que o Senhor possa recompensá-los, aqui, e depois na eternidade, com todos os benefícios, liberdade, e favores que gozamos aqui sob sua louvável administração.

Rm.13:1-7; Tt.3:1; 1 Pe.2:17; Mt.22:21; 17:27; 1 Tm.2:1

XIV. DA VINGANÇA

Com relação à vingança, que é o opor-se a um inimigo através da espada, cremos e confessamos que o Senhor Cristo proibiu e colocou à parte para Seus discípulos e seguidores toda [forma de] vingança e retaliação, e lhes ordenou não tornar a ninguém mal por mal, ou maldição por maldição, mas que ponham a espada na bainha, ou, como o profeta predisse, que convertam as espadas em enxadões.

Mt.5:39,44; Rm.12:14; 1 Pe.3:9; Is.2:4; Mq.4:3; Zc.9:8-9

Disto entendemos então que, de acordo com Seu exemplo, não devemos infligir dor, dano, ou tristeza a ninguém, mas buscar o maior bem-estar e salvação de todos os homens, e se a necessidade o requerer, [devemos] escapar por amor do Senhor de uma cidade ou país para outro, e sofrer a espoliação de nossos bens; [e] que não devemos prejudicar ninguém, quando somos atingidos, mas antes dar a outra face, ao invés de tomar vingança ou retaliar.

Mt.5:39

E, além disso, devemos orar por nossos inimigos, alimentá-los e fortalecê-los sempre que estiverem com fome ou com sede, e deste modo convencê-los por bem-fazer, e [assim] superar toda a ignorância.

Rm.12:19-20

Finalmente, que devemos bem fazendo nos recomendar à consciência de todo o homem; e, conforme a lei de Cristo, não fazer a ninguém o que não tivermos feito a nós.

2 Co.4:2; Mt.7:12

XV. DO AFIRMAR SOB JURAMENTO

Concernente à afirmação sob juramento cremos e confessamos que o Senhor Cristo pôs isto de parte e proibiu Seus discípulos [de o fazerem], que eles não devem jurar de nenhuma forma, mas que sim deve ser sim, e não, não; disto entendemos que todos os

juramentos, altos e baixos, são proibidos, e que ao invés deles devemos confirmar todas as nossas promessas e obrigações, sim, todas as nossas declarações e testemunhos sobre qualquer assunto, somente que nossa palavra sim, seja um sim, e que o não, seja um não; e ainda, que devemos sempre, em todos os assuntos, e com todos, sermos fiéis, manter, seguir, e cumprir [nossa palavra], como se a tivéssemos confirmado com um juramento solene. E se fizermos assim, cremos que ninguém, nem mesmo a própria Magistratura, terá justa razão para colocar grande peso sobre nossas mentes e consciência.

Mt.5:34-35; Tg.5:12; 2 Co.1:17

XVI. DA EXCOMUNHÃO ECLESIAÍSTICA, OU SEPARAÇÃO DA IGREJA

Cremos em, e confessamos, um banimento, separação e Cristã correção na igreja, para regeneração, e não para destruição, de modo a distinguir o que é puro do [que é] impuro: isto é, quando alguém, após ter sido iluminado, ter aceitado o conhecimento da verdade, e ter sido incorporado à comunhão dos santos, peca novamente para a morte, seja por obstinação, ou por arrogância contra Deus, ou por alguma outra causa, e cai nas obras infrutuosas das trevas, e por isso torna-se separado de Deus, e transgressor do reino de Deus; este tal, após o fato ter sido manifesto e suficientemente conhecido pela igreja, não pode permanecer na congregação dos justos, mas, como um membro ofensor, e um pecador notório, pode e deve ser separado, [ser] posto de lado, reprovado publicamente, e lançado fora como fermento; e isto para a sua correção, como um exemplo que os outros possam temer, e para manter a igreja pura, através da sua limpeza de tais manchas, a fim de que pela falta disto o nome do Senhor não seja blasfemado, e a igreja desonrada, e a transgressão dada aos que são de fora; e finalmente, que o pecador possa não ser condenado com o mundo, mas convença-se em sua mente, e seja movido à contrição, ao arrependimento, e à transformação.

Jr.59:22; 1 Co.5:5,13; 1 Tm. 5:20; 1 Co.5:6; 2 Co.10:8; 13:10

Mais além, no que concerne à reprovação e admoestação fraternal, como também à instrução dos transgressores, é necessário exercitar toda a diligência e cuidado, para velar por eles e para admoestá-los com toda mansidão, para que possam ser aperfeiçoados, e para reprovar, de acordo com o que é certo, o obstinado que permanecer empedernido; em resumo, a igreja deve afastar dela os maus (tanto em doutrina ou na vida), e a nenhum outro.

Tg 5:19; Tt 3:10; 1 Co 5:13

XVII. DO EVITAR OS SEPARADOS

No que diz respeito ao privar-se, ou afastar-se dos separados, cremos e confessamos que se alguém, tanto por sua vida de maldade ou [por sua] perversão da doutrina, tem caído tão fundo que está separado de Deus, e, conseqüentemente, também separado e punido pela igreja; este deve, de acordo com a doutrina de Cristo e Seus apóstolos, ser evitado, sem distinção, por todos os membros em comunhão da igreja, especialmente aqueles de quem ele é conhecido, em comer, beber, e outros relacionamentos similares, e nenhuma companhia devem ter com ele para que não se tornem contaminados pelo

relacionamento com ele, nem sejam feitos participantes de seus pecados; mas que o pecador possa ser envergonhado, pungido em seu coração, e condenado em sua consciência, até sua reanimação.

1 Co 5:9-11; 2 Ts 3:14

Ainda, em se afastar bem como em reprovar, a moderação e a discrição Cristã devem ser usadas para tal, de modo que possa conduzir o pecador, não à destruição, mas à restauração. Porque, se ele está necessitado, faminto, sedento, nu, doente, ou em qualquer outro perigo, estamos presos ao dever, a necessidade requerendo isto, de acordo com o amor e a doutrina de Cristo e Seus apóstolos, a oferecer-lhe auxílio e assistência; caso contrário, a separação tenderia neste caso mais à destruição que à restauração.

Portanto, não devemos contá-los como inimigos, mas admoestá-los como irmãos, que por meio disso possam ser trazidos ao conhecimento e ao arrependimento e contrição por seus pecados, para que assim possam ser reconciliados com Deus, e conseqüentemente ser recebidos novamente na igreja, e que o amor possa continuar com eles, como é apropriado.

2 Ts 3:15

XVIII. DA RESSURREIÇÃO DOS MORTOS, E DO JULGAMENTO FINAL

Finalmente, no que diz respeito à ressurreição dos mortos, confessamos com a boca, e cremos com o coração, de acordo com as Escrituras, que no último dia todos os homens que morreram, e caíram adormecidos, serão despertos e vivificados, e ressuscitarão através do incompreensível poder de Deus; e que eles, juntamente com aqueles que então estiverem vivos, e que serão transformados no piscar de um olho, ao som da última trombeta, serão postos diante do trono de julgamento de Cristo, e os bons serão separados dos maus; e que então todos receberão em seu próprio corpo de acordo com o que tiverem feito, ou bem ou mal; e que o bom ou piedoso, como bem-aventurado, será levado com Cristo, e entrará na vida eterna, e obterá aquele gozo que o olho não pode ver, nem o ouvido ouvir, nem entrou no coração do homem, para reinar e triunfar com Cristo para todo o sempre.

Mt.22:30-31; Dn.12:12; Jó 19:26; Mt.25:31; Jo.5:28; 2 Co.5:10; 1 Co.15; Ap.20:12; 1 Ts 4:15; 1 Co.2:9

E que, por outro lado, os maus ou ímpios, como amaldiçoados, serão lançados fora na escuridão, sim, nas eternas dores do inferno, onde seu bicho não morre, nem seu fogo é apagado, e onde eles, de acordo com a Sagrada Escritura, não poderão jamais ter qualquer esperança, conforto, ou redenção.

Mc.9:44; Ap.14:11

Possa o Senhor, pela Sua graça, nos fazer todos dignos e adequados, que isto não aconteça a nenhum de nós; mas que possamos deste modo ter cuidado de nós mesmos, e usarmos toda a diligência, para que naquele dia possamos ser encontrados diante Dele imaculados e irrepreensíveis em paz. Amém.

CONCLUSÃO

Estes, então, como foram brevemente declarados acima, são os principais artigos de nossa geral fé cristã, como a ensinamos e praticamos em toda parte em nossas igrejas e entre nosso povo; a qual, em nosso julgamento, é a única verdadeira fé cristã, e que os apóstolos em seu tempo creram e ensinaram, sim, testificando com suas vidas, confirmando com suas mortes, e, alguns deles, também selando com seu sangue; na qual, nós em nossa fraqueza, junto com eles e com todos os piedosos, iremos alegremente permanecer, viver, e morrer, para que possamos por fim obter salvação juntamente com eles através da graça do Senhor.

Deste modo feito e finalizado em nossas igrejas unidas, na cidade de Dordrecht, em 21 de abril, 1632, calendário gregoriano.

Adoção pelos Menonitas Alsacianos, 1660

Nós, abaixo-assinados, ministros da palavra de Deus, e presbíteros da igreja na Alsácia, com isto declaramos e fazemos conhecido, que estando reunidos neste 4 de fevereiro do ano de nosso Senhor de 1660, em Ohnenheim no principado de Rappoltstein, por conta da Confissão de fé, a qual foi adotada na Convenção de Paz de Taufels-gesinnten a qual foi chamada de Flamenga, na cidade de Dort, no dia 21 de abril do ano de 1632, e que foi impressa em Rotterdam por Franciscus von Hochstraten, no ano de 1658; e tendo examinado a mesma, e encontrado-a de acordo com nosso julgamento, a temos inteiramente adotado como nossa própria.

Adoção pelos Menonitas da América, 1725

Nós os abaixo assinados Servos da Palavra de Deus, e Presbíteros na Congregação do Povo chamada Menonitas, na Província da Pensilvânia, validamos, e com isto tornamos conhecido, que reconhecemos a Confissão acima, Apêndice, e a escusa de Menno, como estando de acordo com nossa Opinião: e que também a temos tomado como sendo inteiramente nossa.

ARTIGO III

CONFISSÃO DE FÉ DE NEW HAMPSHIRE

7-5. ASPECTOS GERAIS

Elaborada em 1833 pelo Rev. John Newton Brown, essa Confissão foi publicada por convenção batista do estado de New Hampshire (EUA) e largamente adotada, até hoje, pelas convenções batistas, inclusive pela brasileira. Embora ela manifeste tendência ligada ao calvinismo, sua postura é bastante moderada, admitindo o arminianismo como válido para explicar a salvação do indivíduo.

7-6. TEXTO DA CONFISSÃO

I. DAS ESCRITURAS

Creemos que a Bíblia Sagrada foi escrita por homens divinamente inspirados, e é um tesouro perfeito de instrução celestial; que tem Deus por seu autor, salvação por sua finalidade, e verdade sem qualquer mistura de erro em seu conteúdo; que ela revela os princípios pelos quais Deus nos julgará; e, portanto, é e permanecerá até o fim do mundo, o verdadeiro centro de união cristã, sendo o padrão supremo pelo qual toda conduta, e todos credos e opiniões humanas devem ser julgados.

II. DO VERDADEIRO DEUS

Creemos que há um, e somente um, Deus vivo e verdadeiro, um Espírito infinito, inteligente, cujo nome é JEOVÁ, o Criador e Supremo Senhor do céu e da terra; inexprimivelmente glorioso em santidade, e digno de toda honra, confiança e amor possíveis; que na unidade da Divindade há três pessoas, o Pai, o Filho e o Espírito Santo; iguais em toda perfeição divina e executando distintos ofícios em harmonia na grande obra da redenção.

III. DA QUEDA DO HOMEM

Creemos que o homem foi criado em santidade, sob a lei de seu Criador; mas por voluntária transgressão caiu de tal estado santo e feliz; em consequência disso toda a humanidade é agora pecadora, não por coação, mas por escolha; sendo por natureza totalmente carente da santidade exigida pela lei de Deus, inclinado de fato para o mal; e portanto sob justa condenação à eterna ruína, sem defesa nem desculpa.

IV. DO CAMINHO DA SALVAÇÃO

Creemos que a salvação dos pecadores é inteiramente pela graça, através do ofício mediador do Filho de Deus; que pela designação do Pai, livremente levou sobre si nossa natureza, ainda que sem pecado; honrou a divina lei por sua obediência pessoal, e por sua morte fez plena expiação por nossos pecados; que tendo ressuscitado da morte, está agora entronizado no céu; e unindo em sua maravilhosa pessoa a mais afável compaixão com as perfeições divinas, está de todo modo qualificado para ser um Salvador apropriado, misericordioso e todo suficiente.

V. DA JUSTIFICAÇÃO

Creemos que a grande bênção do evangelho que Cristo assegura aos que nele creem é a justificação; que a justificação inclui o perdão do pecado e a promessa de vida eterna baseada nos princípios de justiça; que ela é concedida, não em consideração de quaisquer obras de justiça que tenhamos praticado, mas somente através da fé no sangue do Redentor; por virtude de tal fé sua justiça perfeita é livremente imputada a nós por Deus; que ela nos traz a um mui abençoado estado de paz e favor para com Deus, e assegura qualquer outra bênção necessária agora e na eternidade.

VI. DA LIVRE SALVAÇÃO

Creemos que as bênçãos da salvação são livremente dadas a todos pelo evangelho; que é dever imediato de todos aceitá-las pela fé cordial, penitente e obediente; e que nada impede a salvação do maior pecador do mundo, mas apenas sua depravação inerente e rejeição voluntária do evangelho; que tal rejeição envolve-o em grave condenação.

VII. DA GRAÇA NA REGENERAÇÃO

Creemos que, para serem salvos, os pecadores precisam ser regenerados, ou nascer de novo; que a regeneração consiste em conceder uma santa disposição à mente; que ela é efetuada de modo acima de nossa compreensão pelo poder do Espírito Santo, relacionado com a verdade divina, para assegurar a nossa obediência voluntária ao evangelho; e que sua evidência apropriada aparece nos santos frutos do arrependimento, na fé e na novidade de vida.

VIII. DO ARREPENDIMENTO E FÉ

Creemos que arrependimento e fé são deveres sagrados, e também graças inseparáveis, trabalhadas em nossas almas pelo regenerador Espírito de Deus; por meio do qual sendo profundamente convencidos de nossa culpa, de nosso perigo, de nosso desamparo, e do caminho da salvação por Cristo, voltamos a Deus com genuína contrição, confissão e súplica por misericórdia; recebendo ao mesmo tempo de coração o Senhor Jesus Cristo como nosso Profeta, Sacerdote e Rei, e somente nele confiando como o único e todo suficiente Salvador.

IX. DO PROPÓSITO DA GRAÇA DE DEUS

Creemos que a eleição é o eterno propósito de Deus, de acordo com a qual ele graciosamente regenera, santifica e salva os pecadores; que, sendo perfeitamente coerente, com a livre agência do homem, compreende todos os meios relacionados com o fim; que é a mais gloriosa demonstração da bondade soberana de Deus, que é infinitamente livre, sábio, santo e imutável; que ela exclui totalmente o orgulho, e promovem humildade, amor, oração, louvor, confiança em Deus, e ativa imitação de sua livre misericórdia; que encoraja o uso dos meios ao mais alto grau; que pode ser confirmada por seus efeitos em todos os que verdadeiramente creem no evangelho; que é o fundamento da segurança cristã; e que para que se confirme em relação a nós exige e merece a máxima diligência.

X. DA SANTIFICAÇÃO

Creemos que a santificação é o processo pelo qual, conforme a vontade de Deus, tornamo-nos participantes de sua santidade; que é uma obra progressiva; que teve início na regeneração; e que é levada a efeito no coração dos cristãos pela presença e pelo poder do Espírito Santo, o Aferidor e Consolador, no uso contínuo dos meios designados – especialmente a Palavra de Deus, autoexame, autossacrifício, vigilância e oração.

XI. DA PERSEVERANÇA DOS SANTOS

Creemos que somente os que são verdadeiros crentes perseveram até o fim; que sua ligação a Cristo é a grande marca que os distingue dos que professam a fé superficialmente; que uma Providência especial vigia a batalha que travam; e eles são guardados pelo poder de Deus através da fé para a salvação.

XII. DA HARMONIA DA LEI E DO EVANGELHO

Creemos que a Lei de Deus é a regra eterna e imutável de seu governo moral; que ela é santa, justa, e boa; e que a incapacidade que as Escrituras atribuem aos homens caídos de cumprir os seus preceitos procede inteiramente do amor que eles têm ao pecado; livrá-los disso e restaurá-los através de um Mediador a uma sincera obediência à santa Lei, é um grande fim do Evangelho e dos meios de graça relacionados com o estabelecimento da igreja visível.

XIII. DE UMA IGREJA DO EVANGELHO

Creemos que uma igreja de Cristo visível é uma congregação de crentes batizados, associados por aliança na fé e na comunhão do evangelho; observando as ordenanças de Cristo; governado por suas leis, e exercendo os dons, direitos e privilégios neles investidos pela sua Palavra; que os seus únicos oficiais bíblicos são os bispos, pastores e diáconos, cujas qualificações, direitos e deveres estão definidos nas epístolas a Timóteo e a Tito.

XIV. DO BATISMO E DA CEIA DO SENHOR

Creemos que o batismo cristão é a imersão em água de um crente, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, para demonstrar, em um símbolo solene e belo, nossa fé no Salvador crucificado, sepultado e ressurreto, com seu efeito em nossa morte para o pecado e ressurreição para uma nova vida; que é um pré-requisito para a relação com a Igreja, e para a Ceia do Senhor, na qual os membros da Igreja, pelo uso sagrado do pão e do vinho, devem comemorar juntos o amor que levou Cristo à morte, sempre precedida de solene autoexame.

XV. DO SÁBADO CRISTÃO

Creemos que o primeiro dia da semana é o Dia do Senhor, ou o Sábado Cristão; e deve ser guardado como sagrado para propósitos religiosos, com uma abstinência de todo trabalho secular e de recreações pecaminosas; com a observância devota de todos os meios de graça, tanto privados como públicos, e com a preparação para aquele descanso que resta para o povo de Deus.

XVI. DO GOVERNO CIVIL

Creemos que o governo civil é divinamente designado para os interesses e para a boa ordem da sociedade humana e que se deve orar pelos magistrados, conscientemente honrados e obedecidos, exceto somente nas coisas em que se opõem à vontade de nosso Senhor Jesus Cristo, que é o único Senhor da consciência e o Príncipe dos reis da terra.

XVII. DOS JUSTOS E DOS ÍMPIOS

Creemos que há uma radical e essencial diferença entre o justo e o ímpio; que somente os que pela fé são justificados no nome do Senhor Jesus, e santificados pelo Espírito de nosso Deus, são verdadeiramente justos em sua avaliação, enquanto aqueles que permanecem em impenitência e incredulidade são ímpios à vista dele e estão sob a maldição; e essa distinção persiste entre os homens tanto na morte como depois dela.

XVIII. DO MUNDO POR VIR

Creemos que o fim do mundo está-se aproximando, que no último dia Cristo descerá do céu e ressuscitará os mortos da sepultura para a retribuição final, que uma solene separação então terá lugar, que o ímpio será sentenciado ao castigo eterno e o justo, à felicidade eterna, e que esse julgamento determinará para sempre o estado final dos homens no céu ou no inferno, com base nos princípios de justiça.

ARTIGO IV

PACTO DE LAUSANNE

7-7. ASPECTOS GERAIS

Este Pacto é fruto do Congresso Mundial de Evangelização realizado em Lausanne, Suíça, no ano de 1974. O texto indica um compromisso com a reflexão a respeito da fé, porém diretamente ligado à ação social.

7-8. TEXTO DO PACTO

INTRODUÇÃO

Nós, membros da Igreja de Jesus Cristo, procedentes de mais de 150 nações, participantes do Congresso Internacional de Evangelização Mundial, em Lausanne, louvamos a Deus por sua grande salvação, e regozijamo-nos com a comunhão que, por graça dele mesmo, podemos ter com ele e uns com os outros. Estamos profundamente tocados pelo que Deus vem fazendo em nossos dias, movidos ao arrependimento por nossos fracassos e desafiados pela tarefa inacabada da evangelização. Acreditamos que o evangelho são as boas novas de Deus para todo o mundo, e por sua graça, decidimo-nos a obedecer ao mandamento de Cristo de proclamá-lo a toda a humanidade e fazer discípulos de todas as nações. Desejamos, portanto, reafirmar a nossa fé e a nossa resolução, e tornar público o nosso pacto.

1. O PROPÓSITO DE DEUS

Afirmamos a nossa crença no único Deus eterno, Criador e Senhor do Mundo, Pai, Filho e Espírito Santo, que governa todas as coisas segundo o propósito da sua vontade.

Ele tem chamado do mundo um povo para si, enviando-o novamente ao mundo como seus servos e testemunhas, para estender o seu reino, edificar o corpo de Cristo, e também para a glória do seu nome. Confessamos, envergonhados, que muitas vezes negamos o nosso chamado e falhamos em nossa missão, em razão de nos termos conformado ao mundo ou nos termos isolado demasiadamente. Contudo, regozijamo-nos com o fato de que, mesmo transportado em vasos de barro, o evangelho continua sendo um tesouro precioso. À tarefa de tornar esse tesouro conhecido, no poder do Espírito Santo, desejamos dedicar-nos novamente.

2. A AUTORIDADE E O PODER DA BÍBLIA

Afirmamos a inspiração divina, a veracidade e autoridade das Escrituras tanto do Velho como do Novo Testamento, em sua totalidade, como única Palavra de Deus escrita, sem erro em tudo o que ela afirma, e a única regra infalível de fé e prática. Também afirmamos o poder da Palavra de Deus para cumprir o seu propósito de salvação. A mensagem da Bíblia destina-se a toda a humanidade, pois a revelação de Deus em Cristo e na Escritura é imutável. Através dela o Espírito Santo fala ainda hoje. Ele ilumina as mentes do povo de Deus em toda cultura, de modo a perceberem a sua verdade, de maneira sempre nova, com os próprios olhos, e assim revela a toda a igreja uma porção cada vez maior da multiforme sabedoria de Deus.

3. A UNICIDADE E A UNIVERSALIDADE DE CRISTO

Afirmamos que há um só Salvador e um só evangelho, embora exista uma ampla variedade de maneiras de se realizar a obra de evangelização. Reconhecemos que todos os homens têm algum conhecimento de Deus através da revelação geral de Deus na natureza. Mas negamos que tal conhecimento possa salvar, pois os homens, por sua injustiça, suprimem a verdade. Também rejeitamos, como depreciativo de Cristo e do evangelho, todo e qualquer tipo de sincretismo ou de diálogo cujo pressuposto seja o de que Cristo fala igualmente através de todas as religiões e ideologias. Jesus Cristo, sendo ele próprio o único Deus-homem, que se deu uma só vez em resgate pelos pecadores, é o único mediador entre Deus e o homem.

Não existe nenhum outro nome pelo qual importa que sejamos salvos. Todos os homens estão perecendo por causa do pecado, mas Deus ama todos os homens, desejando que nenhum pereça, mas que todos se arrependam. Entretanto, os que rejeitam Cristo repudiam o gozo da salvação e condenam-se à separação eterna de Deus. Proclamar Jesus como “o Salvador do mundo” não é afirmar que todos os homens, automaticamente, ou ao final de tudo, serão salvos; e muito menos que todas as religiões oferecem salvação em Cristo. Trata-se antes de proclamar o amor de Deus por um mundo de pecadores e convidar todos os homens a se entregarem a ele como Salvador e Senhor no sincero compromisso pessoal de arrependimento e fé. Jesus Cristo foi exaltado sobre todo e qualquer nome. Anelamos pelo dia em que todo joelho se dobrará diante dele e toda língua o confessará como Senhor.

4. A NATUREZA DA EVANGELIZAÇÃO

Evangelizar é difundir as boas novas de que Jesus Cristo morreu por nossos pecados e ressuscitou segundo as Escrituras, e de que, como Senhor e Rei, ele agora oferece o perdão dos pecados e o dom libertador do Espírito a todos os que se arrependem e creem. A nossa presença cristã no mundo é indispensável à evangelização, e o mesmo se dá com aquele tipo de diálogo cujo propósito é ouvir com sensibilidade, a fim de compreender. Mas a evangelização propriamente dita é a proclamação do Cristo bíblico e histórico como Salvador e Senhor, com o intuito de persuadir as pessoas a vir a ele pessoalmente e, assim, se reconciliarem com Deus.

Ao fazermos o convite do evangelho, não temos o direito de esconder o custo do discipulado. Jesus ainda convida todos os que queiram segui-lo e negarem-se a si mesmos, tomarem a cruz e identificarem-se com a sua nova comunidade. Os resultados da evangelização incluem a obediência a Cristo, o ingresso em sua igreja e um serviço responsável no mundo.

5. A RESPONSABILIDADE SOCIAL CRISTÃ

Afirmamos que Deus é o Criador e o Juiz de todos os homens. Portanto, devemos partilhar o seu interesse pela justiça e pela conciliação em toda a sociedade humana, e pela libertação dos homens de todo tipo de opressão. Porque a humanidade foi feita à imagem de Deus, toda pessoa, sem distinção de raça, religião, cor, cultura, classe social, sexo ou idade possui uma dignidade intrínseca em razão da qual deve ser respeitada e servida, e não explorada. Aqui também nos arrependemos de nossa negligência e de termos algumas vezes considerado a evangelização e a atividade social mutuamente exclusivas. Embora a reconciliação com o homem não seja reconciliação com Deus, nem a ação social evangelização, nem a libertação política salvação, afirmamos que a evangelização e o envolvimento sociopolítico são ambos parte do nosso dever cristão. Pois ambos são necessárias expressões de nossas doutrinas acerca de Deus e do homem, de nosso amor por nosso próximo e de nossa obediência a Jesus Cristo. A mensagem da salvação implica também uma mensagem de juízo sobre toda forma de alienação, de opressão e de discriminação, e não devemos ter medo de denunciar o mal e a injustiça onde quer que existam. Quando as pessoas recebem Cristo, nascem de novo em seu reino e devem procurar não só evidenciar mas também divulgar a retidão do reino em meio a um mundo injusto. A salvação que alegamos possuir deve estar nos transformando na totalidade de nossas responsabilidades pessoais e sociais. A fé sem obras é morta.

6. A IGREJA E A EVANGELIZAÇÃO

Afirmamos que Cristo envia o seu povo redimido ao mundo assim como o Pai o enviou, e que isso requer uma penetração de igual modo profunda e sacrificial. Precisamos deixar os nossos guetos eclesiais e penetrar na sociedade não cristã. Na missão de serviço sacrificial da igreja a evangelização é primordial. A evangelização mundial requer que a igreja inteira leve o evangelho integral ao mundo todo.

A igreja ocupa o ponto central do propósito divino para com o mundo, e é o agente que ele promoveu para difundir o evangelho. Mas uma igreja que pregue a Cruz deve, ela

própria, ser marcada pela Cruz. Ela torna-se uma pedra de tropeço para a evangelização quando trai o evangelho ou quando lhe falta uma fé viva em Deus, um amor genuíno pelas pessoas, ou uma honestidade escrupulosa em todas as coisas, inclusive em promoção e finanças.

A igreja é antes a comunidade do povo de Deus do que uma instituição, e não pode ser identificada com qualquer cultura em particular, nem com qualquer sistema social ou político, nem com ideologias humanas.

7. COOPERAÇÃO NA EVANGELIZAÇÃO

Afirmamos que é propósito de Deus haver na igreja uma unidade visível de pensamento quanto à verdade. A evangelização também nos convoca à unidade, porque o ser um só corpo reforça o nosso testemunho, assim como a nossa desunião enfraquece o nosso evangelho de reconciliação. Reconhecemos, entretanto, que a unidade organizacional pode tomar muitas formas e não ativa necessariamente a evangelização. Contudo, nós, que partilhamos a mesma fé bíblica, devemos estar intimamente unidos na comunhão uns com os outros, nas obras e no testemunho.

Confessamos que o nosso testemunho, algumas vezes, tem sido manchado por pecaminoso individualismo e desnecessária duplicação de esforço. Empenhamo-nos por encontrar uma unidade mais profunda na verdade, na adoração, na santidade e na missão. Instamos para que se apresse o desenvolvimento de uma cooperação regional e funcional para maior amplitude da missão da igreja, para o planejamento estratégico, para o encorajamento mútuo, e para o compartilhamento de recursos e de experiências.

8. ESFORÇO CONJUGADO DE IGREJAS NA EVANGELIZAÇÃO

Regozijamo-nos com o alvorecer de uma nova era missionária. O papel dominante das missões ocidentais está desaparecendo rapidamente. Deus está levantando das igrejas mais jovens um grande e novo recurso para a evangelização mundial, demonstrando assim que a responsabilidade de evangelizar pertence a todo o corpo de Cristo. Todas as igrejas, portando, devem perguntar a Deus, e a si próprias, o que deveriam estar fazendo tanto para alcançar suas próprias áreas como para enviar missionários a outras partes do mundo. Deve ser permanente o processo de reavaliação da nossa responsabilidade e atuação missionária. Assim, haverá um crescente esforço conjugado pelas igrejas, o que revelará com maior clareza o caráter universal da igreja de Cristo.

Também agradecemos a Deus pela existência de instituições que laboram na tradução da Bíblia, na educação teológica, no uso dos meios de comunicação de massa, na literatura cristã, na evangelização, em missões, no avivamento de igrejas e em outros campos especializados. Elas também devem empenhar-se em constante autoexame que as levem a uma avaliação correta de sua eficácia como parte da missão da igreja.

9. URGÊNCIA DA TAREFA EVANGELÍSTICA

Mais de dois bilhões e setecentos milhões de pessoas, ou seja, mais de dois terços da humanidade, ainda estão por serem evangelizadas. Causa-nos vergonha ver tanta gente esquecida; continua sendo uma reprimenda para nós e para toda a igreja. Existe

agora, entretanto, em muitas partes do mundo, uma receptividade sem precedentes ao Senhor Jesus Cristo. Estamos convencidos de que esta é a ocasião para que as igrejas e as instituições paraeclesiais orem com seriedade pela salvação dos não alcançados e se lancem em novos esforços para realizarem a evangelização mundial.

A redução de missionários estrangeiros e de dinheiro num país evangelizado algumas vezes talvez seja necessária para facilitar o crescimento da igreja nacional em autonomia, e para liberar recursos para áreas ainda não evangelizadas. Deve haver um fluxo cada vez mais livre de missionários entre os seis continentes num espírito de abnegação e prontidão em servir. O alvo deve ser o de conseguir por todos os meios possíveis e no menor espaço de tempo, que toda pessoa tenha a oportunidade de ouvir, de compreender e de receber as boas novas. Não podemos esperar atingir esse alvo sem sacrifício.

Todos nós estamos chocados com a pobreza de milhões de pessoas, e conturbados pelas injustiças que a provocam. Aqueles dentre nós que vivem em meio à opulência aceitam como obrigação sua desenvolver um estilo de vida simples a fim de contribuir mais generosamente tanto para aliviar os necessitados como para a evangelização deles.

10. EVANGELIZAÇÃO E CULTURA

O desenvolvimento de estratégias para a evangelização mundial requer metodologia nova e criativa. Com a bênção de Deus, o resultado será o surgimento de igrejas profundamente enraizadas em Cristo e estreitamente relacionadas com a cultura local. A cultura deve sempre ser julgada e provada pelas Escrituras. Porque o homem é criatura de Deus, parte de sua cultura é rica em beleza e em bondade; porque ele experimentou a queda, toda a sua cultura está manchada pelo pecado, e parte dela é demoníaca.

O evangelho não pressupõe a superioridade de uma cultura sobre a outra, mas avalia todas elas segundo o seu próprio critério de verdade e justiça, e insiste na aceitação de valores morais absolutos, em todas as culturas. As missões, muitas vezes têm exportado, juntamente com o evangelho, uma cultura estranha, e as igrejas, por vezes, têm ficado submissas aos ditames de uma determinada cultura, em vez de às Escrituras.

Os evangelistas de Cristo têm de, humildemente, procurar esvaziar-se de tudo, exceto de sua autenticidade pessoal, a fim de se tornarem servos dos outros, e as igrejas têm de procurar transformar e enriquecer a cultura; tudo para a glória de Deus.

11. EDUCAÇÃO E LIDERANÇA

Confessamos que às vezes temos nos empenhado em conseguir o crescimento numérico da igreja em detrimento do espiritual, divorciando a evangelização da edificação dos crentes. Também reconhecemos que algumas de nossas missões têm sido muito remissas em treinar e incentivar líderes nacionais a assumirem suas justas responsabilidades. Contudo, apoiamos integralmente os princípios que regem a formação de uma igreja de fato nacional, e ardentemente desejamos que toda a igreja tenha líderes nacionais que manifestem um estilo cristão de liderança não em termos de domínio, mas de serviço.

Reconhecemos que há uma grande necessidade de desenvolver a educação teológica, especialmente para líderes eclesiais. Em toda nação e em toda cultura deve

haver um eficiente programa de treinamento para pastores e leigos em doutrina, em discipulado, em evangelização, em edificação e em serviço. Este treinamento não deve depender de uma metodologia estereotipada, mas deve se desenvolver a partir de iniciativas locais criativas, de acordo com os padrões bíblicos.

12. CONFLITO ESPIRITUAL

Creemos que estamos empenhados num permanente conflito espiritual com os principados e potestades do mal, que querem destruir a igreja e frustrar sua tarefa de evangelização mundial. Sabemos da necessidade de nos revestirmos da armadura de Deus e combater esta batalha com as armas espirituais da verdade e da oração. Pois percebemos a atividade no nosso inimigo, não somente nas falsas ideologias fora da igreja, mas também dentro dela em falsos evangelhos que torcem as Escrituras e colocam o homem no lugar de Deus. Precisamos tanto de vigilância como de discernimento para salvaguardar o evangelho bíblico.

Reconhecemos que nós mesmos não somos imunes ao perigo de capitularmos ao secularismo. Por exemplo, embora tendo à nossa disposição pesquisas bem preparadas, valiosas, sobre o crescimento da igreja, tanto no sentido numérico como espiritual, às vezes não as temos utilizado. Por outro lado, por vezes tem acontecido que, na ânsia de conseguir resultados para o evangelho, temos comprometido a nossa mensagem, temos manipulado os nossos ouvintes com técnicas de pressão, e temos estado excessivamente preocupados com as estatísticas, e até mesmo utilizando-as de forma desonesta. A igreja tem que estar no mundo; o mundo não tem que estar na igreja.

13. LIBERDADE E PERSEGUIÇÃO

É dever de toda nação, dever que foi estabelecido por Deus, assegurar condições de paz, de justiça e de liberdade em que a igreja possa obedecer a Deus, servir a Cristo Senhor e pregar o evangelho sem impedimentos. Portanto, oramos pelos líderes das nações e com eles instamos para que garantam a liberdade de pensamento e de consciência, e a liberdade de praticar e propagar a religião, de acordo com a vontade de Deus, e com o que vem expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Também expressamos nossa profunda preocupação com todos os que foram injustamente encarcerados, especialmente com nossos irmãos que estão sofrendo por causa do seu testemunho do Senhor Jesus. Prometemos orar e trabalhar pela libertação deles. Ao mesmo tempo, recusamo-nos a ser intimidados por sua situação. Com a ajuda de Deus, nós também procuraremos nos opor a toda injustiça e permanecer fiéis ao evangelho, seja a que custo for. Não nos esqueçamos de que Jesus nos preveniu de que a perseguição é inevitável.

14. O PODER DO ESPÍRITO SANTO

Creemos no poder do Espírito Santo. O pai enviou o seu Espírito para dar testemunho do seu Filho. Sem o testemunho dele o nosso seria em vão. Convicção de pecado, fé em Cristo, novo nascimento cristão, é tudo obra dele. De mais a mais, o Espírito Santo é um

Espírito missionário, de maneira que a evangelização deve surgir espontaneamente numa igreja cheia do Espírito.

A igreja que não é missionária contradiz a si mesma e debela o Espírito. A evangelização mundial só se tornará realidade quando o Espírito renovar a igreja na verdade, na sabedoria, na fé, na santidade, no amor e no poder. Portanto, instamos com todos os cristãos para que orem pedindo pela visita do soberano Espírito de Deus, a fim de que o seu fruto todo apareça em todo o seu povo, e que todos os seus dons enriqueçam o corpo de Cristo. Só então a igreja inteira se tornará um instrumento adequado em Suas mãos, para que toda a terra ouça a Sua voz.

15. O RETORNO DE CRISTO

Creemos que Jesus Cristo voltará pessoal e visivelmente, em poder e glória, para consumir a salvação e o juízo. Esta promessa de sua vinda é um estímulo ainda maior à evangelização, pois lembramo-nos de que ele disse que o evangelho deve ser primeiramente pregado a todas as nações. Acreditamos que o período que vai desde a ascensão de Cristo até o seu retorno será preenchido com a missão do povo de Deus, que não pode parar esta obra antes do Fim. Também nos lembramos da sua advertência de que falsos cristos e falsos profetas apareceriam como precursores do Anticristo.

Portanto, rejeitamos como sendo apenas um sonho da vaidade humana a ideia de que o homem possa algum dia construir uma utopia na terra. A nossa confiança cristã é a de que Deus aperfeiçoará o seu reino, e aguardamos ansiosamente esse dia, e o novo céu e a nova terra em que a justiça habitará e Deus reinará para sempre. Enquanto isso, rededicamo-nos ao serviço de Cristo e dos homens em alegre submissão à sua autoridade sobre a totalidade de nossas vidas.

CONCLUSÃO

Portanto, à luz desta nossa fé e resolução, firmamos um pacto solene com Deus, bem como uns com os outros, de orar, planejar e trabalhar juntos pela evangelização de todo o mundo. Instamos com outros para que se juntem a nós.

Que Deus nos ajude por sua graça e para a sua glória a sermos fiéis a este Pacto! Amém. Aleluia!

REFERÊNCIAS

ANGLADA, Paulo. “**Sola Scriptura**”: a doutrina reformada das Escrituras. São Paulo: Os Puritanos, 1998.

ARTIGOS DE RELIGIÃO (Trinta e Nove artigos). Artigos Anglicana. **Teologia Calvinista**. Disponível em: <<http://is.gd/JATAGO>>. Acesso em: 23 dez. 2012.

ATHAYDE, Paulo (Trad.) Confissão de fé das igrejas reformadas da França, denominada Confissão de Fé de La Rochelle (A.D. 1559). **Monergismo – Ao Senhor pertence a salvação! (Jonas 2:9)**. Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/credos/Confissao_Franca_Rochelle.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2012. 17 p.

CAMPELLO, Walter Andrade (Trad.) Confissão de fé waldense do ano de 1544. **Luz para o caminho**. Disponível em: <http://www.luz.eti.br/do_confissaowaldense1544.html>. Acesso em: 23 dez. 2012.

_____. A confissão de fé de Dordrecht. **Luz para o caminho**. Disponível em: <http://www.luz.eti.br/do_confissaodordrecht1632.html>. Acesso em: 23 dez. 2012.

CONFISSÃO DE FÉ DE AUGSBURGO. **Teologia Calvinista**. Disponível em: <<http://is.gd/ZWNU53>>. Acesso em: 23 dez. 2012.

CONFISSÃO DE FÉ DE WESTMINSTER, A. São Paulo: Cultura Cristã, 2011. 240 p.

FÉ PARA HOJE – CONFISSÃO DE FÉ BATISTA DE 1689. São Paulo: Fiel, s/d. 64 p.

GRUDEM, Wayne; YAMAKAMI, Norio *et alii* (Trad.). **Teologia Sistemática.** 1. ed. São Paulo: Vida Nova, 1999. 1.046 p.

KEELEY, Robin (Org.); KRIEVIN, Yolanda (Trad.). **Fundamentos da teologia cristã.** São Paulo: Vida, 2000. 344 p.

MATOS, Alderi Souza de. A Confissão de Fé da Guanabara (1558). **Instituto Presbiteriano Mackenzie – Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper.** Disponível em: <<http://www.mackenzie.com.br/7053.html>>. Acesso em: 26 dez. 2012.

_____. História da Confissão de Fé de Westminster. **Instituto Presbiteriano Mackenzie – Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper.** Disponível em: <<http://www.mackenzie.com.br/7060.html>>. Acesso em: 26 dez. 2012.

_____. Segunda Confissão Helvética (1562). **Instituto Presbiteriano Mackenzie – Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper.** Disponível em: <<http://www.mackenzie.com.br/7056.html>>. Acesso em: 26 dez. 2012.

MELO, Laylton Coelho de (Trad.) A confissão de fé de Londres de 1644. **Monergismo – Ao Senhor pertence a salvação! (Jonas 2:9).** Disponível em: <<http://www.monergismo.com/textos/credos/confissao-londrina-1644.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2012. 9 p.

MONERGISMO – Ao Senhor pertence a salvação! (Jonas 2:9). Disponível em: <<http://www.monergismo.com>>. Acesso em: 23 dez. 2012.

OLYMPIO, Cleber. Em que cremos? **Militar Cristão.** Disponível em: <<http://www.militarcrisiao.com.br/redir.php?id=352>>. Acesso em: 26 dez. 2012.

PACTO DE LAUSANNE. **Monergismo – Ao Senhor pertence a salvação! (Jonas 2:9).** Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/credos/Pacto_de_Lausanne.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2012. 6 p.

PAIXÃO, Marcus Vinícius Costa. A história da Primeira Confissão Londrina – 1644. **Marcus Paixão – Uma perspectiva bíblica do mundo,** 21 fev. 2011. Disponível em: <<http://marcuspaixao.wordpress.com/2011/02/21/a-historia-da-primeira-confissao-londrina-1644>>. Acesso em: 27 dez. 2012.

MILITAR CRISTÃO

<http://www.militarcristao.com.br>

Especificamente, a finalidade dessa página é:

- I. “Prover conteúdo relevante e adequado ao usuário final, qual seja, militar das Forças Armadas ou Auxiliares do Brasil, cristãos evangélicos ou não;
- II. Promover integração entre os militares cristãos de todo o Brasil, com possibilidades de se reunir irmãos que não se veem há muito tempo;
- III. Auxiliar nos cultos e reuniões evangélicas, promovidos pelas associações militares nos quartéis, provendo material, como estudos bíblicos, além de discutir ideias para o aperfeiçoamento desse trabalho;
- IV. Fortalecimento e difusão da fé militar, respeitadas a hierarquia e a disciplina”. (NGA 001/2006, art. 4º).

Agora, ponderando, considere os seguintes fatos:

- A extensão do nosso efetivo, bastante considerável;
- O fato de o militar ser, por muitas vezes, o braço do Estado onde nem o Estado vai, sobretudo em áreas de fronteira;
- As diversas movimentações que ele sofre ao longo da carreira;
- O contato diário com pessoas dos mais diversos rincões do País;
- A possibilidade de atuar junto a outras nações, com seu exemplo, nas missões de paz;
- No caso específico das Forças Auxiliares, o contato mais próximo e diário com a população, em situações de tensão e perigo;
- As dificuldades inerentes à carreira, como exposição diária ao perigo (inclusive de perder a vida), de se formar um patrimônio familiar, a instabilidade de relações pessoais duradouras por conta das movimentações, o prejuízo na educação dos filhos e na área profissional do cônjuge;
- O preparo e o emprego da força militar, em situações extremas;
- O elogio que a Bíblia dá ao compromisso, benevolência e fé de militares, como o centurião Cornélio;
- As imensas e evidentes semelhanças entre a vida cristã e a militar.

Diante desses fatores, nota-se o quanto o povo de Deus tem negligenciado o enorme potencial de atuação do evangélico militar. Quando limitamos nossa área de atuação ao louvor e à EBD, não percebemos que, à nossa volta, pode estar alguém que será um homem de Deus a frente de uma batalha, quem levará até as últimas consequências seu compromisso com Deus e com a nação brasileira. Um aluno de um curso de formação hoje pode ser o Marechal, Almirante ou o Brigadeiro amanhã. E ao menos que a Bíblia esteja equivocada (falo como homem), nação se voltará contra nação. O que será do homem da caserna? Quem irá até aquele povo? Quem os ajudará?

A resposta pode estar dentre os civis, que até hoje não descobriram essa missão dada pelo Senhor, ou especialmente dentre o próprio pessoal militar, que ainda encara sua incorporação como uma mera profissão, sem considerar o caráter de missão que ele tem, como integrante das Forças Armadas ou Auxiliares.

Esta é a nossa visão, que compartilhamos todos os dias com você, seja por meio de estudos, artigos, informações, bizus ou, inclusive, por entretenimento nos momentos de folga.

Este é o **Militar Cristão**.

PREZADO LEITOR

Todo auxílio é bem vindo a este ministério, bem como o aperfeiçoamento destes Manuais. Caso tenha alguma sugestão, dúvida, comentário, crítica ou contribuição a dar ao nosso trabalho, encaminhe-os para nós através do sítio **Militar Cristão**, seção **Contato**, ou diretamente ao webmaster pelo endereço eletrônico *webmaster@militarcristao.com.br*. Sua mensagem será analisada e poderá constar de futuras edições. Caso queira também contribuir com textos inéditos, seja de instrução para os grupos militares evangélicos, testemunho pessoal ou doutrina cristã, utilize-se dos mesmos modos de contato já mencionados. Os critérios de publicação estão na seção **Estrutura**. Que Deus te abençoe.

MILITAR CRISTÃO

Militar Cristão. Edificando na caserna.

Conheça os outros manuais da Biblioteca Militar Cristão através do sítio da Internet <http://tinyurl.com/bibliomc>.

AVISO – POLÍTICA DE DIREITOS AUTORAIS



Obra licenciada pela Creative Commons ®: "Atribuição – Uso Não Comercial – Sem Derivações 4.0 Internacional", disponível em <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt_BR>.

Os infratores estão sujeitos às penalidades cabíveis pela Lei de Direitos Autorais (Lei n.º 9.610, de 19/02/1998), Lei n.º 9.279/1996 e pelo art. 184 do Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei n.º 2.848, de 07/12/1940), sem prejuízo de eventual ação cível de indenização.

Aviso conforme Anexo I à NGA 009/2013, alterada pela NCA 014/2014

Editor responsável: Cleber Olympio

© 2003-2014 Cleber Olympio. Todos os direitos reservados.
Não traduzimos a opinião oficial das Forças Armadas ou Auxiliares do Brasil, nem a de instituições religiosas.

